



Meio, Ambiente e Geografia

Dirce Suertegaray

DOI:10.29327/537860

DOI:10.29327/537860
ISBN: 978-65-89013-04-4
1ª Edição - 2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa dos autores ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

Editora Compasso Lugar-Cultura

Responsável André Suertegaray Rossato
Porto Alegre - RS - Brasil
Telefones (51) 984269928
compassolugarcultura@gmail.com
www.compassolugarcultura.com

Editor

Cristiano Quaresma de Paula

Revisão textual

Gustavo Saldívar

Imagem de Capa

Obra "Natureza morta 1" (2016)
Autor: Denilson Baniwa

Conselho Editorial

Álvaro Heidrich
Carlos Henrique Aigner
Cláudia Luíza Zeferino Pires
Dakir Larara Machado da Silva
Dilermando Cattaneo da Silveira
Dirce Maria Antunes Suertegaray
Helena Copetti Callai
Jaeme Luiz Callai
João Osvaldo Rodrigues Nunes
Laurindo Antonio Guasselli
Maíra Suertegaray Rossato
Nelson Rego
Roberto Verdum
Rosa Maria Vieira Medeiros
Sinthia Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S941g

Suertegaray, Dirce Maria Antunes.
Meio, ambiente e geografia / Dirce Maria Antunes Suertegaray
– Porto Alegre : Compasso Lugar-Cultura, 2021.
145 p.

ISBN: 978-65-89013-04-4

1. Geografia – Conceitos 2. Ambiente 3. Natureza I.
Título II. Autor

CDU 911.5/.9
CDD 910.02

Bibliotecária Responsável: Catarina Strapção Guedes Vianna CRB-10/2469



Obra "Natureza morta 1" - Fotografia - 2016.

Gentilmente cedida pelo artista e ativista dos direitos indígenas Denilson Baniwa.

Se a natureza se transformou em território, não faz mais sentido falar em “crise ecológica”, em “problemas de meio ambiente”, em questão de “biosfera” ser recuperada, salva, protegida. O desafio é muito mais vital, muito mais existencial – e, também, muito mais compreensível, pois muito mais direto. Quando o tapete é tirado debaixo de seus pés, você entende num segundo que terá que se preocupar com o assoalho...

Bruno Latour (2020) *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno*

*Para Dandara e Anabí, minhas meninas, cujos nomes
indicam a força de nossos ancestrais...*

Agradecimento

Agradeço à parceria e às sugestões de Cristiano Quaresma de Paula, que dialogou comigo, a partir de um rascunho deste pequeno livro. Deste diálogo, conforma-se este pequeno texto, que registra o debate, que, ao longo de minha carreira, fui construindo, com orientandos, com colegas, sobretudo com os participantes do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (UFRGS) e, da mesma forma, com amigos, parceiros dessa caminhada.

PREFÁCIO

PROLEGÔMENOS A UMA EPISTEMOLOGIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

Dilermando Cattaneoⁱ

Acalme-se, o título deste prefácio não indica que se trata de um livro de leitura ‘difícil’, academicista ou enfadonha. Pelo contrário, o livro que você tem em mãos possui uma linguagem leve e direta, buscando exatamente um diálogo franco, sem deixar de ser profundo, com a obra de uma professora, geógrafa e pesquisadora que há anos se debruça sobre o tema. Se você quiser, pode pular o prefácio e ir diretamente para os textos que Dirce nos brinda. Por outro lado, se quiser seguir aqui nessas breves palavras introdutórias, vamos tentar abrir os debates desta bela e importante obra, que sintetiza algumas décadas de reflexões da nossa querida Professora Dirce Suertegaray acerca das categorias e/ou conceitos que embasam a maioria dos debates sobre a questão ambiental, sobretudo na Geografia. Não por acaso, intitulamos este prefácio fazendo referência aos “Prolegômenos para uma ontologia do ser social”, do filósofo György Lukács. Não que eu faça qualquer tipo de comparação ou relação da Professora Dirce com o pensador marxista húngaro, mas porque entendo que esta obra traz alguns princípios fundantes, elementos e noções preliminares para um conjunto de produções que Dirce e outros/as geógrafos/as e cientistas vêm fazendo já há alguns bons anos. Dialeticamente, este livro sintetiza uma trajetória de pesquisa, de

ensino, de extensão, de militância e de ativismo dos muitos ‘múltiplos’ que compõem ontologicamente a obra *suertegarayana* (ou *dirceana*, tanto faz, afinal já passou da hora de usarmos estes neologismos), mas ao mesmo tempo-espaço é o ‘uno’ fundante que explicará, aos leitores e às leitoras que mergulharem na sua vasta obra, muitas das inquietações e questionamentos epistemológicos ali contidos. Este livro é síntese, mas também tese e antítese. É chegada, mas também ponto de partida. É “uno e múltiplo” como o espaço geográfico, mas também é a “trajetória da natureza” da produção intelectual de Dirce, seja em ‘vôo solo’, seja em coautoria ou em diálogo crítico com seus inúmeros interlocutores, colegas, orientandos/as e até familiares.

Essa dialética é característica marcante dos textos aqui contidos. E não poderia ser diferente, uma vez que o materialismo histórico-dialético parece fundamentar a produção intelectual da Professora Dirce desde muito, revolucionando inclusive sua área de formação e atuação primordial: a Geomorfologia. Mas a dialética *suertegarayana* se faz presente também nos seus escritos sobre educação e ensino e, como não poderia deixar de ser, nos debates e reflexões sobre a questão ambiental na Geografia. É nesse sentido que o título deste prefácio faz menção uma **epistemologia** da questão ambiental. Há nas páginas a seguir uma nítida compreensão da necessidade de debates sobre o **método**, entendido como forma de produção científica, ou melhor, como caminho de pensamento para a produção intelectual da e na Geografia, sobretudo na sua relação com a questão ambiental. E é por isso que discutir sobre os conceitos de ambiente, de meio e de natureza é central nos textos aqui reunidos e publicados. O meio e o ambiente, nesta obra, não são meros fetiches retóricos, tampouco metáforas que designam análises superficiais ou destituídas de relevância. Meio, ambiente e Geografia – o título do livro – são tratados com a profundidade e importância que merecem, como

formas de/do conhecimento. Isso não significa que, dialeticamente, tais conceitos e concepções não sejam trabalhados de forma (auto)crítica e reflexiva, incluindo aí suas derivações e suas vinculações com outras categorias e conceitos, como espaço, tempo, natureza e território – este último, inclusive, merecendo um texto sobre a concepção contemporânea que Dirce pensa a relação natureza-território-ambiente. O que importa é que há uma epistemologia atravessando todo o livro, uma epistemologia que não é estanque ou auto-centrada – em que pese eu mesmo afirmar, recentemente, que há uma “escola *suertegarayana*” de epistemologia da Geografia (CATTANEO, 2020, pág 323). Esta epistemologia abre espaço para que se faça um debate ontológico, inclusive, do meio, do ambiente, da natureza e do território. São conceitos e/ou categorias subordinadas à reflexão epistêmica, por suposto, mas também não renunciam a uma compreensão ôntica dos seres e por parte dos sujeitos diretamente envolvidos na **questão ambiental** que, por sua vez, não deixa dúvidas de que é mais ampla do que seres, entes, sujeitos, categorias ou conceitos, mas que sem estes elementos não seria possível de elucidação. Uma epistemologia da questão ambiental, como se vê, também não é mero devaneio intelectual ou justificativa para produções acadêmicas alheias à realidade do mundo, mas uma condição *sine qua non* para complexificar qualquer análise que se pretenda atuar em prol de uma mudança do mundo ou da construção de novos/outros mundos.

Longe de me atrever a interpretar os textos ou mesmo fazer uma apresentação de cada capítulo do livro, a ideia aqui é trazer algumas reflexões introdutórias à luz dos diálogos, trocas, ensinamentos e convivências que já tivemos em outros tempos-espacos, e que seguem instigando nossa caminhada até hoje. Um ‘aquecimento’ para a leitura do livro, este sim compondo uma espécie de prolegômeno para quem quiser fazer uma análise da

questão ambiental na Geografia.

Dirce inicia o texto falando sobre a emergência da problemática ambiental e as lutas e precursores do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul, trazendo à baila, já neste momento, os debates no interior da própria ciência geográfica. Debates e passagens incômodas que ela e outros/as já sentiam no seu próprio fazer acadêmico e profissional, como relatado a partir de uma palestra sua em um evento. Parte desse debate, ou talvez a repercussão de um debate iniciado algum tempo antes, influenciou decisivamente para que a professora buscasse “construir uma Geografia de conexão entre a natureza e sociedade”. Isso fica explícito já em sua tese de doutorado, onde, ainda a partir de uma concepção de natureza já ‘dada’, herdada do positivismo, ela busca historicizar a trajetória da natureza e suas transformações. É o início de uma reflexão que culmina, tempos depois, com a construção do conceito de ambiente aqui apresentada. Um ambiente que não se enquadra como metáfora, tampouco como sinônimo de meio. Este é um ponto basilar desta obra: a complexificação da questão ambiental na Geografia a partir dos conceitos que conformam sua análise, também explorados, por sua vez, com um grau de complexidade que não permite um ‘reducionismo conveniente’ e ao mesmo tempo afasta qualquer confusão teórica. Daí seu entendimento de que a questão ambiental não apenas **não é** uma “falsa questão” para a Geografia, como não é objeto de uma única ciência, como parecem crer alguns profissionais de outras áreas do conhecimento, notadamente da Ecologia, com uma compreensão de meio, de ambiente e de natureza diversa daquela aqui trazida, ainda que explicitada e problematizada nos textos que seguem.

O fato é que a emergência da questão ambiental reconfigura as possibilidades de atuação de geógrafos/as e outros/as profissionais, seja com a utilização de novas tecnologias para

análise e diagnóstico ambiental, seja com o envolvimento destes/as com povos e comunidades e seus territórios e espaços de vida, num contraponto às práticas estatais mais voltadas às ações de planejamento e gestão. Este “envolvimento”, inclusive, leva algumas áreas do conhecimento mais vinculadas ao que chamamos genericamente de ‘Humanidades’, a propor uma compreensão “sócio-ambiental” ou “socioambiental” das problemáticas que dizem respeito à natureza, ao meio e ao ambiente. A própria Geografia não escapa a essa compreensão, em que pese já há muito tempo trabalhar indistintamente as questões naturais e sociais, embora nem sempre seus métodos analíticos tenham colaborado para uma visão integrada ou “híbrida” destas questões.

Da mesma forma, o livro traz uma contribuição interessantíssima sobre os sentidos de uma natureza social, construída historicamente, uma natureza transfigurada pela ação humana. É precisamente aí que Dirce traz a concepção de ambiente, como um conceito necessário para compreender esses processos de transfiguração da natureza, por sua vez produzida historicamente a partir das contradições sociais, ao contrário do conceito de meio, que, se observado pela ótica do ambiente, remete a uma compreensão a-histórica, funcional e ‘harmônica’, ofuscando as contradições do processo. Para chegar a essas considerações, a professora não abdica de um diálogo profundo com um conjunto de autores e autoras que tratam de categorias e conceitos como espaço, tempo, sociedade, técnica, cultura e outros. Ao contrário, ela não apenas busca esses/as autores/as como os problematiza, trazendo à baila exemplos e experiências de compreensão do ambiente e da natureza na relação com grupos sociais, movimentos, coletivos, comunidades e com políticas públicas ou mesmo com interesses privados. É a questão ambiental a olhos vistos, sendo analisada pelo prisma epistêmico a partir do resgate de Marx e Engels, Neil Smith e Henri Lefebvre,

mas também num diálogo com as potentes reflexões de Ailton Krenak e Davi Kopenawa. Haja fôlego!

Por um lado, Dirce embasa a compreensão de natureza a partir de uma leitura marxista, fazendo valer a compreensão do “metabolismo” com um reflexo do valor de uso, mais tarde compreendido como “território da natureza” (a partir dos diálogos com seu ex-orientando Cristiano Quaresma de Paula), do qual o rompimento desse metabolismo gera um valor de troca e reverbera naquilo que eles vão chamar de “natureza do território”, no qual o homem é compreendido como força de trabalho e a natureza como um recurso. Por outro lado, contudo, a professora não abre mão de uma compreensão de tempo a partir de Milton Santos (uma grande referência em toda sua trajetória, em que pese a discordância sobre o entendimento de meio e de ambiente) e, neste caso em específico, do conceito de “tempo” para Michel Serres e do conceito de “híbrido” para Bruno Latour, em uma discussão sobre a superação (ou não) da modernidade. Isso nos ajuda a entender que a questão ambiental extravasa a “segunda natureza” da obra marxiana, mas não deixa de se dar na produção e reprodução de um “ambiente-mercadoria”, repleto de contradições e permeado por objetos técnicos – daí a superação do ‘meio’ como conceito central nas análises geográficas sobre o ambiente.

No transbordamento de suas contribuições epistemológicas para o plano concreto da realidade material, Dirce coloca nos textos alguns casos e experiências advindas de suas pesquisas e de seus/suas colegas e orientandos/as, o que sem dúvidas enriquece o próprio livro e a análise que se pretende. Não é por acaso que vai trazer, sobretudo nos textos finais, uma longa discussão sobre o conceito de território e sobre territorialidade, além de aprofundar nas relações entre economia e ecologia e dar especial destaque para os conflitos. Para isso, lança mão de um

diálogo profícuo com o economista catalão Joan Martínez Alier e suas contribuições sobre o “Ecologismo dos pobres”, onde este avalia os conflitos territoriais e ambientais como “distributivos”. Mas Dirce sempre traz o debate dos conflitos ambientais para a análise territorial, uma vez que compreende a própria questão ambiental como sendo política, social e derivada de diferentes compreensões de natureza, e os chamados “impactos ambientais” advindos necessariamente de relações de poder, portanto territoriais. Então, no texto começam a aparecer mais referências às comunidades tradicionais e aos povos originários, ou aquelas que ela vai chamar de “sociedades não capitalistas”. Não por acaso o trabalho de Cristiano Quaresma de Paula com pescadores artesanais é novamente realçado, e a dimensão da cultura, dos conflitos e do território ganha novo foco e surgem diálogos com Serge Moscovici sobre ecocídio e etnocídio, além de novamente um encontro com Michel Serres e sua metáfora do “sujo-limpo”.

Mas não pára por aí. O texto *dirceano* vai buscando sempre as interfaces entre ambiente e território, vai caminhando nas ‘fronteiras’ entre natureza e sociedade e objetivando alcançar a natureza híbrida e complexa do conhecimento geográfico. Seja para contrapor as concepções ‘biologizantes’ de natureza, ambiente ou meio; seja para reforçar que o ambiente não necessariamente ‘unifica’ a Geografia, ou que o território e as territorialidades pressupõem conflitos e tensões simbólicas ou materiais, Dirce lança mão, de forma mais ou menos extensa, das contribuições de Humberto Maturana e Francisco Varela (e a teoria “auto-eco-re-organizacional”), de John Bellamy Foster (e a compreensão de metabolismo presente na “Ecologia de Marx”), de Claude Raffestin (e sua seminal contribuição para o entendimento do território), de Carlos Walter Porto-Gonçalves (e o importante conjunto de sua obra sobre o “desafio ambiental” e sobre o entendimento de “meio-ambiente” como um ambiente

‘pela metade’), de Enrique Leff (e o “saber ambiental”, imbuído de uma epistemologia e mesmo de uma racionalidade ambiental), e de Héctor Alimonda, Maristela Svampa e Arturo Escobar (e a construção de uma Ecologia Política e a ideia de “colonialidade da natureza”). O ‘cardápio’ de referências bibliográficas é vasto, mas sempre num jogo dialético com o que é apresentado pela autora, como não poderia deixar de ser numa obra que alarga as “fendas” no muro da ignorância epistêmica e amplia os horizontes de entendimento da problemática ambiental.

Uma prova de que a obra *suertegarayana* é digna de ser entendida em si mesma como um prolegômeno para uma epistemologia da questão ambiental, é que a recente tese de doutorado de Evelin Cunha Biondo, orientada pela própria professora Dirce, trata como objeto de análise as concepções de natureza e ambiente da mesma (parêntese: a tese de Evelin extrapola e amplia a análise do conceito de ambiente na Geografia brasileira para outros/as autores/as, e pode – para interessados na temática como eu e você – ser uma leitura que complementa e amplifica o que aqui está posto. Não foi nada ruim ler as duas obras na sequência!). Enfim, Biondo vai sintetizar o seguinte sobre o conceito de ambiente para Dirce Suertegaray:

Sendo assim, propõe-se uma síntese da compreensão do conceito de ambiente em Suertegaray: o ambiente é uma das dimensões operacionais do espaço geográfico que privilegia a natureza transfigurada. É resultante da interface entre natureza e sociedade através da transfiguração proporcionada pelas técnicas, em uma conjunção complexa e conflituosa ao longo do processo de socialização da natureza. Nesse sentido, produz-se ambiente. Ambiente não é equivalente à natureza, mas é também natureza produzida socialmente. É ele que dá sustentação à questão ambiental a partir da leitura do ambiente-território [grifo meu] (Biondo, 2021, pág. 87).

A compreensão deste conceito de ambiente passa também pela formação, há quase vinte anos atrás, do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), junto ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o qual Dirce foi fundadora e coordenadora e ainda é uma liderança epistêmica e institucional, além da importância pessoal e acadêmica que representa para muitos/as de nós. Antes do surgimento do NEGA ela já trazia essa compreensão, por suposto, do ambiente como um conceito operacional da Geografia, uma espécie de ‘lente’ metodológica para a análise do espaço geográfico, explicitado no seu famoso artigo “Espaço Geográfico uno e múltiplo” (SUERTEGARAY, 2001). Também já era inspirada, obviamente, pela ideia de natureza tecnicada, transfigurada, produzida socialmente. Mas a criação do NEGA, em meados do ano de 2003, traz um entendimento – pelo menos para este que vos escreve – de que já havíamos encontrado a ‘pista’ para a compreensão do ambiente na sua interface com o território. Um caminho que trilhávamos já no documento que subsidiava a reivindicação deste espaço junto ao Departamento: um ‘laboratório’ onde pudéssemos discutir a questão ambiental desde seus pressupostos epistemológicos, com a nítida intenção de produzirmos uma geografia de interface, de ‘fronteira’, de ‘periferia’, baseada não apenas na complexificação dos nossos objetos de estudo, mas na dimensão metodológica do conhecimento geográfico. Não por acaso, o novo espaço levou o nome de “Núcleo de Estudos Geografia **E** Ambiente” (e não “**em** ou **de** Geografia e Ambiente”; não “Geografia Ambiental”; não “Geografia e Meio-ambiente” e não “Geografia Sócio-ambiental”) e o documento fundacional do Núcleo levava o provocativo título: “O Método: a geografia da Geografia” (inspirado, por óbvio, na obra de Edgar Morin).

As produções acadêmicas que dali surgiram e que ali

‘brotaram’ já traziam em seu bojo grande parte desse acúmulo. À época, eu e Dirce ‘cutucamos’ as próprias linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Geografia naquele momento: “Análise Ambiental” e “Análise Territorial”, ao nomear minha dissertação de mestrado como “Identidade **territorial** em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão **ambiental**” (os dois termos já no título). Este trabalho ousava discutir epistemologicamente a questão ambiental, mas baseado em experiências empíricas de comunidades tradicionais que viviam em unidades de conservação da natureza. Ao tentar situar as “epístemes inscritas na questão ambiental” dentro do escopo do que chamávamos de “correntes do pensamento”, pudemos sistematizar em um quadro-síntese as concepções de natureza e de ambiente para diferentes métodos científicos, bem como os paradigmas que tangenciam ou mesmo fundamentam tais “correntes”. A fim de contribuir, neste momento, para o ‘aquecimento’ da leitura do livro que ora prefaciamos, resumo aquela sistematização em alguns pontos (baseado em CATTANEO, 2004, pág. 47):

a) no **Positivismo**, marcado pela influência do método empírico-indutivo, a natureza é totalmente externa ao homem e independe da sociedade ou cultura. Mais do que isso, é vista como ‘hostil’ e ao mesmo tempo determina ou pode influenciar a organização de uma dada sociedade. O ambiente, por sua vez, é tido como sinônimo de natureza ou como o conjunto de fatores externos que atuam nos organismos vivos;

b) No **Neopositivismo**, caracterizado fortemente pelo método hipotético-dedutivo e pela quantificação, a natureza segue sendo externa ao homem, mas a compreensão de que a mesma tem um ‘estatuto próprio’ e funciona como uma ‘máquina’ reforça seu caráter de subjugação perante o domínio humano. O ambiente ainda é visto como ‘natural’ mas, a partir da adoção da

“Teoria Geral dos Sistemas” sobretudo pela Biologia e Ecologia, pode ser lido como o conjunto de fatores bióticos e abióticos de um hábitat;

c) No **Materialismo Histórico-dialético**, com a ideia de primeira natureza e segunda natureza de Marx, ainda que o conceito de “metabolismo” homem-meio busque superar a concepção disjuntiva de natureza e sociedade, grande parte da produção marxiana ao longo do século XX ainda tratou a natureza como recurso material, embora fosse produzida e transformada pela ação humana, daí a ideia de que o (meio-)ambiente reflete o social e é construído através da história. Mas a compreensão de Engels em sua “Dialética da Natureza” traz uma concepção onde a mesma é transformada e transformadora, já que homem e natureza são partes de um mesmo movimento. O Ambiente, nessa colocação, é produto das relações sociais, mas há uma interação dialética que permite inclusive compreender os movimentos da natureza na ação humana e vice-versa;

d) Para a **Fenomenologia**, caracterizada pela subjetividade – em oposição ao caráter imanente do objeto –, pelo simbolismo e pela dimensão ‘humanística’ na Geografia, a natureza é sempre uma dimensão interna ao homem, já que se trata de uma concepção subjetiva, uma consciência de algo dotado de significado, o que pode apresentar-se, em coletivo, no imaginário social, por exemplo. Já o ambiente ‘circunda’, ‘envolve’ e pode ser lido através da percepção;

e) No **Anarquismo**, aqui entendido a partir de seu caráter epistêmico, das contribuições de Paul Feyerabend sobre o “pluralismo metodológico” (FEYERABEND, 1989), dos seus princípios de auto-organização e também a partir do diálogo com outras matrizes de racionalidade, a natureza é igualada ao homem, na medida em que, nos dizeres de Élisée Reclus, “O homem é a natureza tomando consciência de si própria” (ANDRADE, 1985),

e também a cultura, em sua diversidade, pode ser entendida como a própria natureza da ação humana. O ambiente, espacializado e territorializado, traz essa marca da reivindicação das diferenças e da horizontalidade, e a questão ambiental mostra-se mais participativa e menos tecnocrática;

f) Por fim, no que naquele momento chamamos de **tendências pós-modernas**, onde o paradigma da complexidade marca presença, mas também as perspectivas existencialistas, *foucaultianas* ou as que reconfiguram a ciência e o tripé sujeito-objeto-método, colocamos que a natureza pode ser interna, externa ou igualda ao homem, ainda que ela se mostre tecnicizada, artificializada ou até transfigurada pela ação humana, já que há uma mudança nos processos, não apenas nas formas. O ambiente tende a ser lido a partir de perspectivas inter, trans e multidisciplinares, caracterizando a complexidade de sua análise, mas também pode ser entendido ele próprio como um saber ou uma episteme, a partir de uma crise da razão moderna.

Neste mesmo trabalho de mestrado, ao final, propusemos algumas possibilidades de realização de outras leituras da questão ambiental. A primeira sugestão para estas outras leituras era a inserção, nos estudos de diagnóstico e planejamento ambiental, da identidade territorial como forma de complexificar tais estudos e não homogeneizar a população, extrapolando as concepções meramente demográficas e transbordando também as análises sociológicas e antropológicas, no caminho de uma abordagem geográfica. A segunda sugestão dizia respeito à necessária participação popular nas decisões vinculadas ao planejamento e à gestão ambiental, amplificando essa participação para além de meras audiências públicas e contribuindo para uma desconstrução da visão tecnocrática de ambiente. A terceira sugestão usava a máxima anarquista “de baixo e de diversos pontos” para se referir à necessidade de que os saberes populares fossem considerados na

formulação de diretrizes ambientais, inclusive no seu caráter epistêmico. A quarta sugestão, por fim, é a mais densa e dialoga diretamente com os textos deste livro: o ‘paradigma’ que chamamos de **“Homem e Natureza – igualdade e diferença”**. Trata-se de uma tentativa de conceber a relação homem – natureza desde um viés onde se igualem, mas se diferenciem. Não é algo apenas dialético, mas contraditório e complementar. A igualdade seria no sentido ‘vertical’, para romper com perspectivas “*naturocêntricas*” ou antropocêntricas, onde a natureza é externalizada e/ou vista como recurso, e o homem visto como o “câncer da Terra”. A diferença seria no sentido ‘horizontal’, compreendendo a diversidade de formas e experiências das diferentes espécies, entre elas a espécie humana e sua construção de diferentes mundos. Àquele momento, dizíamos o seguinte sobre homem e natureza como ‘igualdade’:

Colocados em um mesmo patamar, homem e natureza são elementos que se complementam e se inscrevem um no outro, uma vez que a espécie humana faz parte do conjunto de espécies da natureza, e a noção de natureza é construída socialmente pelo homem, a partir de matizes políticos, econômicos, simbólicos, míticos, etc (CATTANEO, 2004, pág. 99).

Por outro lado, para fundamentar a ideia de homem e natureza como ‘diferença’, colocamos o seguinte:

O homem é também natureza, mas possui, entre outras particularidades, a de produzir cultura e ter consciência de si e de sua existência. Isto abre a ele infinitas possibilidades de organizar-se, de produzir, de pensar, de entender-se no mundo. Enfim, há inúmeras possibilidades do ser-humano realmente ser humano. Esta multiplicidade de culturas e de leituras não só o diferencia da natureza, como também o diferencia de si

mesmo. Essas diferenças todas produzem diferentes sociedades, diferentes etnias e diferentes geo-grafias (CATTANEO, 2004, pág. 100).

Essa análise foi aprofundada junto com Dirce e com os/as colegas do NEGA tempos depois, na tese de doutoramento que apresentei no ano de 2012. Uma vez mais, a trilha do “ambiente-território” que percorremos enquanto coletivo de orientandos/as, bolsistas de graduação, mestrandos/as e doutorandos/as contribuiu para ‘fermentarmos’ trabalhos que extrapolaram a dimensão teórico-metodológica, indo na direção do diálogo de saberes e da participação efetiva junto a comunidades periféricas ou tradicionais. Uma das críticas, aliás, que trouxemos nessa tese foi justamente ao conceito de “populações tradicionais”. A partir da bibliografia e da vivência com os sujeitos da pesquisa, ousamos cunhar o termo “**comunidades de saberes complexos**”, exatamente para superar as limitações e generalizações do conceito de “tradição”, entendido desde uma perspectiva que reduz sua complexidade e sua diversidade de formas de existência, algumas vezes ‘culturalizando’ ou ‘naturalizando’ tais formas. A ideia dos ‘saberes complexos’ busca ampliar o entendimento para a dimensão epistêmica, dos saberes e das cosmogonias, mas também para as diferenças entre os ‘mundos’ que se constroem em distintas relações das comunidades com seus territórios, politicamente e a partir de outras matrizes de racionalidade.

Todas estas reflexões estão permeadas pelos inúmeros diálogos com Dirce e colegas do NEGA, mas também trazem as marcas destas vivências em comunidades, coletivos, movimentos e organizações, como a própria Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), outra grande ‘escola’ de pensamento geográfico. O que subjaz nestas análises é que tentamos sempre superar uma outra dicotomia, para além do natural x social, do homem x meio, do ambiente x território: a da análise

epistemológica destituída de caráter político. Por isso, o ambiente que trazemos é sempre epistêmico, mas também político. E político no sentido amplo, para além da esfera institucional. O mesmo vale para o território. Na tese, ao buscar falar da reapropriação social da natureza a partir de estratégias e experiências de autonomia e autogestão territorial, pudemos dialogar com muitas das contribuições que Dirce traz aqui no livro, possibilitando hoje compreender – porém não esgotar – essas questões tão profundas. Disso advém o postulado de entender as experiências de autonomia territorial em áreas protegidas como “tópicas”, e não “utópicas”, pois elas têm ‘lugar’, têm “r-existência” e ensejam uma reformulação de pressupostos **epistêmicos e políticos**. Mais do que isso, ensejam outros “**territórios epistêmicos**” que por sua vez se ampliam para um debate em outra escala, numa espécie de “**geopolítica das epistemes**” (CATTANEO, 2012, págs. 95 e 96). Nessa mesma toada, porém não menos importante, ali falamos de “**utopias territoriais**”, sendo a utopia compreendida neste caso na perspectiva de Eduardo Galeano, como a linha do horizonte que se move quando caminhamos. Para colaborar nessa reflexão, lá colocamos o seguinte:

Se a dimensão de território, por sua vez, pressupõe poder, limites, apropriações, o espaço “cercado”, podemos entender que a “utopia territorial” é uma cerca, um limite que se movimenta para a linha do horizonte, construindo territórios, como utopias que se territorializam na medida em que caminhamos. Ao nos movimentar, portanto, criamos novos territórios, fazemos novas apropriações do espaço, ou a cada passo que damos temos um “ex-passo”, as pegadas ou rastros se constituem em marcas/grafias que ficaram pelo caminho, um espaço apropriado, territorializado pelos nossos passos. Assim, a “utopia territorial” pode ser entendida como aquela utopia que

não olha apenas para a frente, mas que também deixa marcas/grafias na medida do movimento/caminhada em direção à linha do horizonte. A cada passo (em direção à linha do horizonte que se desloca), temos um novo ex-passo, um novo espaço apropriado, um novo território. A utopia territorial é aquela que deixa suas marcas/grafias na terra. É a utopia geográfica (CATTANEO, 2012, págs. 98 e 99).

Uma última reflexão de ‘aquecimento’ que gostaria de trazer aqui, abrindo os flancos da leitura – ou confundindo ainda mais você que vai ler o livro –, é também derivada da tese de doutorado nos diálogos “negativos” (entre nós do NEGA, portanto) sobre o conceito de **ambiente**. Se por um lado o entendemos como “um ente a partir do qual buscamos analisar o espaço geográfico de maneira geral, um ‘filtro’ que usamos na ‘lente’ em que vamos ler as características do espaço, ou um caminho a seguir no processo de marcações (grafias) na terra, um caminho pelo qual buscamos geo-grafar” (CATTANEO, 2012, pág. 51); por outro lado nos toca a trazer sempre como referência em qualquer debate que envolva epistemologia e questão ambiental, o entendimento de **ambiente como “ente-ambi”**, remetendo à própria etimologia da palavra, ao mesmo tempo em que busca dialogar com a filosofia na ideia de ‘ser’ e ‘ente’, e ainda auxilia na compreensão dos limites das leituras mais tecnicistas e pragmáticas da questão ambiental. Explicando:

[...] tal conceito, por possuir uma dimensão complexa e não definida a priori, apresenta um caráter dúbio, duvidoso, incerto, híbrido, ou seja, o ambi-ente visto como um “ente ambivalente” ou “ente ambíguo”. Em suma, queremos dizer que na própria etimologia do termo que o designa, o ambiente já apresenta essa característica de dúvida, incerteza, incompletude. Daí seu caráter complexo e o desafio que se

apresenta na sua definição, o que, por outro lado, mostra o quão simplórias e rasas são as definições dadas a este conceito por diversas áreas do conhecimento e por muitos atores envolvidos na chamada problemática ambiental, quase um “senso comum técnico-científico” que, em vez de problematizar o ambiente ou colocá-lo em questão (daí a ideia de “problemática ambiental” ou “questão ambiental”), praticamente muda o foco (ou a “lente”) para um conjunto de práticas ou técnicas pretensamente responsáveis ou sustentáveis do ponto de vista ambiental, sem necessitar entrar no mérito do que é este “ambiental”.

Bom, se você chegou até aqui e está com mais dúvidas do que certezas, saiba que foi exatamente isso que a professora Dirce nos falou, a mim e ao restante da turma, quando terminamos a disciplina de ‘Epistemologia da Geografia’, em meados dos anos 1990. A epistemologia costuma ‘tirar o nosso chão’, mas isso é extremamente prazeroso e muito positivo, na medida em que desconstruímos leituras já ‘fechadas’ e aprendemos sobre categorias, conceitos e métodos ainda não ‘acabados’ em nossas trajetórias. Este livro, tenho certeza, contribui muito na compreensão não apenas de meio, de ambiente e de Geografia, mas de outros conceitos e categorias e da questão ambiental como um todo. Uma compreensão epistêmica, política e ontológica. Mais do que prefaciá-lo para quem visa analisar essa questão ambiental na relação com a Geografia, foi uma honra introduzir os debates de um conjunto de textos que, no conjunto da obra, conformam sim “territórios epistêmicos”, na busca de, conforme o texto fundante do NEGA de quase vinte anos atrás, “geografar a Geografia”. Será que conseguiremos?

Outono deste ano ainda – e cada vez mais – pandêmico de 2021.

DILERMANDO CATTANEO

FORA BOLSONARO
FORA GENOCIDAS

i. Dilermando Cattaneo é professor do Curso de Geografia da UFRGS Litoral, onde ministra, entre outras, a disciplina de ‘Epistemologia da Geografia’; e do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS), onde ministra a disciplina ‘Território e Ambiente’.

Sumário

Prefácio	9
Apresentação	29
Introdução ao tema - a questão ambiental	33
1 A construção inicial - a relação natureza e sociedade na tese ...	41
2 A questão ambiental - primeiras reflexões	47
3 Sobre natureza ou naturezas	55
4 A distinção entre naturezas e sociedades	63
5 Tempo e espaço na construção da natureza e do ambiente	71
5.1 Aceleração do tempo, subordinação da natureza e densificação técnica	77
6 Ambiente - uma construção pela Geografia	83
6.1 O conceito de ambiente como possibilidade analítica na Geografia	88
7 Ambiente e território - interfaces	91
8 Geografia, ambiente e território	97
9 Ambiente e o vínculo com o território	103
9.1 Ambiente e conflitos territoriais	104
10 O construto ambiental: a natureza da natureza, o território da natureza e a natureza do território	115
10.1 Território da modernização: o sujo – a natureza do território	126
11 Concluindo, sem concluir	133
11.1 Natureza – naturezas	133
11.2 Ambiente	134
Referências	137

APRESENTAÇÃO

Este pequeno livro tem duplo objetivo: o primeiro, diz respeito à sistematização do processo de construção de meu conhecimento, que, partindo da Geografia, da Geomorfologia, derivou para a busca de compreensão dos sentidos de natureza, de meio e de ambiente. Está escrito, por vezes, na primeira pessoa busca explicitar essa construção, ao longo de meus mais de 40 anos de pesquisa/ensino em Geografia. Para que a transcrição fosse fiel à data, em que a ideia foi escrita, os textos que escrevi em outros momentos, já publicados, foram transcritos e citados, registrando o ano de publicação. O exercício de reflexão epistemológica exige tempo que escoo (um tempo lento) para a construção; o segundo objetivo é produzir um texto de leitura adequada aos tempos atuais, ou seja, um texto curto, que, espero, seja leve e permita, através das ideias expostas, dar continuidade do debate, em particular, entre aqueles que se dedicam ao tema.

Trata-se, nesse livro, de explicitar minha construção, relativa aos conceitos de natureza e de ambiente (sobretudo). Para muitos, discutir conceitos é algo ligado ao idealismo, na medida em que entendem conceitos como abstrações. Penso que ressignificar ou, mesmo, propor conceitos novos para a leitura do real é fundamental no movimento de produção do conhecimento, exatamente porque são os conceitos que dão concretude à

realidade e, ao mesmo tempo, se a realidade muda, os conceitos também mudam.

As categorias, como natureza, sociedade, espaço e tempo, estão constantemente sendo revista no processo histórico e cada tempo tem uma compreensão. A natureza, na Modernidade, foi concebida como externa ao ser humano e como máquina; o tempo, como seta, indicando uma finalidade; o espaço, como absoluto; e a sociedade, como um contrato entre indivíduos.

Contemporaneamente, estas categorias revelam outras dimensões, que provêm do desenvolvimento da ciência e do entendimento da Terra-mundo. A natureza é cibernética/sistêmica; o tempo é simultâneo ao espaço ou, então, é uma seta sem finalidade, mas promotora de rupturas e de possibilidades; a sociedade é um conjunto de indivíduos cada vez mais individualizados; e o pacto social-coletivo se desfaz.

Provém daí a busca de novos conceitos, que permitam compreender e pensar no devir da humanidade. Substituir as categorias natureza e sociedade pela categoria terrestre é uma proposição trazida por LATOUR, 2020. Sua argumentação evoca a necessidade de superação desses dois conceitos, que considera desgastados e que, por outro lado, não respondem pelo que vivemos, enquanto habitantes deste planeta-Terra. Ao sugerir a categoria terrestre, traz seu argumento assentado no Antropoceno, época geológica concebido como o mais recente, no qual as transformações da natureza deixam vestígios os mais diversos no solo, no clima, nas águas, no relevo, na vida e, nela, na dos humanos, sobretudo, em relação a seus lugares de morada, de abrigo e de sustentação, mas não somente.

Enfim, Latour prossegue, sugerindo que a ciência, que sempre explicou a Terra, a partir do distante (universo), deverá, daqui para a frente, buscar compreender a Terra, a partir da terra, o mundo de dentro (do planeta); não, através de explicações

matemáticas, mas de explicações provenientes da mutação, a qual o planeta e, nele, os humanos, estão presenciando. Para Latour (2020), não se trata de mudanças; trata-se de mutação. Isto deve ser conhecido, para que se projete um possível futuro.

A leitura que tive oportunidade de fazer deste livro de Latour, neste momento de pandemia acrescida do que já vinha expondo desde um longo tempo me permitiu compreender o significado e a pertinência da reflexão sobre conceitos, em especial, sobre aqueles utilizados pela Geografia, como o de ambiente. Aceitar que a natureza, no processo de apropriação social, se transfigurou e que essa transfiguração nos permite fazer uma reflexão sobre ambiente diferenciada da que caracteriza a Ecologia e mais, distinguir o conceito de ambiente de meio (clássico na Geografia) constitui a ideia central deste livro, que exponho na continuidade.

Dirce Suertegaray

Ano pandêmico de 2020

INTRODUÇÃO AO TEMA A QUESTÃO AMBIENTAL

Este livro é produto da reflexão sobre as concepções de *natureza* e de *ambiente*, e busca, em certa medida, organizar o pensamento de quem escreve, permitindo, quiçá, oferecer aos leitores uma estrutura lógica do movimento de construção desses conceitos.

No entanto, é importante ressaltar que, nesta caminhada, e queremos demonstrá-lo neste texto, considerou-se e ampliou-se a concepção e a possibilidade de leitura do *ambiente* para além do comumente trabalhado em Geografia. Tal caminhada objetiva trazer elementos analíticos, que possam superar a ideia de que este conceito constitui uma metáfora em Geografia, podendo ser ressignificado numa perspectiva geográfica.

Metáfora por duas razões: uma, pelo fato de ser absorvido da Biologia/Ecologia, cuja concepção é naturalista; outra, por ser considerado equivalente ao conceito de *meio*, sendo, portanto, redundante ou de mesmo significado de um conceito, considerado clássico na Geografia, cuja origem remonta, igualmente, à Biologia. No presente texto, a proposição é ressignificar o conceito de *ambiente*, em particular, em um contexto de análise geográfica, distanciando-o do clássico conceito de *meio*. Da mesma forma, busca-se discutir o conceito de *natureza*, bem como da relação desta com a sociedade, questionando a conceituação de natureza como

externa ao ser humano e à sociedade.

Além das considerações anteriores, outra questão a ser colocada, que este texto visa a responder: o conceito de *ambiente* unifica a Geografia? A resposta seria, antecipando, sim, mas, não, só, ele, o que significa dizer que trabalhar com o conceito de *ambiente* na Geografia é uma possibilidade de lidar com as duas dimensões da análise geográfica de forma **conjuntiva**, entretanto este não é o único caminho de articulação e/ou de mediação entre natureza e sociedade. O embrião desta construção tem início nos anos de 1970, com o advento da discussão sobre ambiente.

A problemática ambiental se torna amplamente discutida, a partir dos anos 1970. Esta contextualização já foi elaborada por uma diversidade de autores, ao longo desse tempo. Na Geografia brasileira, Porto-Gonçalves é um precursor desse debate, através, especialmente, de suas obras *Paixão da Terra* (1985) e *Os descaminhos do meio ambiente* (1989), publicadas, ainda, nos anos 1980 e amplamente difundidas. De lá para cá, na expressão de sua trajetória e de seus escritos, citam-se os trabalhos de Porto-Gonçalves dos anos de 2008, de 2013 e de 2016, entre muitos exemplos de suas referências.

Nessas mesmas décadas de 1970 e de 1980, em plena Ditadura Militar, emerge, em Porto Alegre, a discussão ambiental. Um fato marcante desta eclosão diz respeito à derrubada de tipuanas na Avenida João Pessoa, em frente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para fins de construção de um viaduto, o Imperatriz Leopoldina. Após a derrubada de algumas das árvores, um estudante resolveu subir em uma delas, como forma de protesto. Este foi seguido de outros dois colegas da mesma instituição, que o acompanharam no protesto.

Uma longa conversação, que incluiu a intervenção do diretor da Faculdade de Direito, à época, foi travada entre os estudantes e os funcionários do município, no sentido de

descerem da copa da árvore, com a promessa de mantê-la em pé. Acertado o acordo, os estudantes, após descerem da Tipuana, foram levados a depor no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Eram tempos de Ditadura. Essa manifestação é um marco na construção mais ampliada da defesa do meio ambiente no Rio Grande do Sul. A notícia abaixo conta essa história.

*“Protegê-las foi um episódio histórico: mobilizou estudantes, imprensa, polícia e, até, um diretor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em uma ação ousada, ocorrida em plena Ditadura Militar, e que, para parte dos envolvidos, terminou nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Uma das tipuanas, que resistiu à tentativa de derrubada, para a construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina, porém, sucumbiu ao temporal do último sábado (27) de abril de 2019, 44 anos, após o protesto”.*¹

Nesse contexto de discussão, relativa à preservação do ambiente, destaca-se a Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN), fundada em 1971, em Porto Alegre, por José Lutzenberger, Augusto Carneiro, Caio Lustosa, Alfredo Gui Ferreira e outros ambientalistas. Esta se torna uma forte associação de defesa do meio ambiente, de atuação nacional. A AGAPAN se organiza em torno de ambientalistas, que tinham vínculo com a **União Protetora da Natureza** ou **União de Proteção à Natureza**. Esta é considerada a primeira associação ambientalista do Brasil, fundada por Henrique Luís Roessler, em 1955, em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul.

¹ VARGAS, Bruna. Árvore salva em protesto de estudantes na década 1970 cai durante temporal em Porto Alegre. **GZH online**. 29 abr 2019. Acessada em 29 de out. 2020.

Nesse momento, o debate transcorria, considerando a necessidade de preservar a natureza, a exemplo da proteção das tipuanas, conforme referência anterior. De maneira generaliza, a árvore constituía o símbolo máximo da preservação, incluindo, nesta defesa, a arborização da cidade, ainda que tenham sido plantadas novas mudas, ao longo da avenida. Não se trata de desmerecer tal defesa, pois a arborização urbana tem um papel fundamental no ambiente das cidades, na medida em que promove menor insolação e maior sombreamento, sobretudo, nos dias quentes.

Naqueles tempos (1970/1980), a imprensa descobre os areais na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e inicia, apoiada em técnicos do governo do estado, uma ampla divulgação da ocorrência destes solos arenosos expostos, como questão ambiental. Em princípio, os areais são identificados como desertos e seu processo de formação, como desertificação (SOUTO, 1985).

Aqui, começa uma discussão fundamental, na medida em que provoca uma revisão da ideia de impacto ambiental. Dizer que havia desertificação significava, também, dizer que se impunha a natureza do território, que a territorialização, decorrente da expansão da soja, se impõem sobre a natureza “natural”, gerando degradação. No entanto, os estudos sobre arenização revelam que o território da natureza ainda existe e, no caso dos areais, prevalece, ante o desejo dos produtores rurais, que gostariam de que, em seus campos, os areais fossem produtivos.

Estamos no início dos anos 1980, e a necessidade de escolha de um tema de pesquisa no processo de doutoramento faz com que passemos a olhar com mais vagar sobre esta questão. Resulta daí a escolha do tema para investigação, construída a partir de uma pergunta muito simples e, ao mesmo tempo, complexa: “qual é a origem dos areais, natural ou antrópica?” A escolha do tema e o início do processo de investigação estão envolvidos,

portanto, na emergência da discussão ambiental. Inicia-se, neste momento, a busca de compreensão sobre da questão ambiental e, nela, sobre a concepção de natureza.

A discussão, no âmbito da Geografia Crítica, sobretudo, na perspectiva marxista, entendia, como foi divulgado, à época, a questão ambiental como uma contradição secundária. Ou seja, a contradição fundamental seria capital x trabalho.

Nesse momento, iniciava o processo de investigação sobre os areais e, aqui, faço um parêntese, para lembrar de uma história. Numa dada ocasião, em Porto Alegre, enquanto participante de uma mesa, em que era discutida a problemática ambiental, um aluno, que cursava o final do curso de Geografia na UFRGS, no momento do debate, fez uma análise crítica de minha fala, argumentando que, em certa medida, o que havia dito não fazia sentido, pois a explicação para a questão ambiental é o capital, dando a entender que a natureza nada tinha de interferência no processo, como constituinte importante desta problemática.

Em resposta, disse que concordava com o posicionamento dele, em última instância, porém respondi que, quando pretendemos explicar, por exemplo, a poluição do ar em São Paulo (cujo debate era significativo, à época), não podemos deixar de considerar a localização das indústrias e a direção preferencial dos ventos daquela metrópole, logo uma explicação sobre a problemática local (o porquê da ocorrência de um fenômeno em certo local e, não, em outro) não poderia desconsiderar os constituintes naturais e sociais (econômicos e políticos) envolvidos na polêmica, sobretudo, na Geografia.

É revelador deste debate o que foi escrito, nesse período, por Schàffer e Suertegaray (1988):

Desconsiderada por longo tempo, a questão ambiental só se torna tema de debate mais amplo no final da década de 60,

quando a sociedade, através de alguns segmentos, passa a questionar a qualidade de vida. Esta problemática é, hoje, tão relevante, que ultrapassou os limites da discussão científica. Em nível internacional, a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e desde a década passada, intensificou o debate sobre o tema, encaminhando fóruns de discussão em todo o Mundo. Frente a esta realidade, que envolve a expansão da Ecologia e dos movimentos ecológicos internacionais e nacionais, é que perguntamos: caberia à Geografia ficar alheia a esta discussão? Não estariam os geógrafos, mais uma vez, deixando de enfrentar um dos problemas atuais de tão grande significado para a sociedade, como é esta crise contemporânea entre homens e ambiente? Por certo, muitos dirão: de novo, estão os geógrafos falando em ambientalismo e em homem abstratamente; ou, ainda: mais uma vez, falam de um problema secundário, de um problema, que só adquiriu expressão, porque é, hoje, vivenciado e defendido pela classe média. (Schäffer; Suertegaray, 1988, p. 2)

Este período, do qual se expõe um fragmento, associado à preocupação, enquanto geógrafa, sobretudo, de construir uma Geografia de conexão entre a natureza e a sociedade, permitiu a continuidade desse propósito. Cabe dizer que, à época, outros campos do conhecimento iniciam a discussão ambiental para além da Ecologia, que, desde aí, consolida-se como ciência central no debate.

Eis alguns dos campos de saber desenvolvidos na relação com a ciência ecológica, desde então: geologia ambiental, geomorfologia ambiental e história ambiental. Além destas, houve propostas de classificação de ciências ambientais, as quais reuniriam aquelas, que poderiam responder à crescente demanda, em relação ao ambiente.

Não cabe me estender aqui, pois muito já se escreveu

sobre o advento do problema ambiental, das regulações internacionais, que emergem e que se difundem, através de conferências internacionais, ou da exigência de regulação específica nos diferentes países, objetivando a preservação do ambiente. Enfim, a defesa do ambiente sadio constituiu, na origem, um movimento que se associa, a partir dos anos 1950 e 1960, à luta por melhores condições de vida.

Paulatinamente, esta agenda vai sendo apropriada pelo discurso político, que sustenta o capitalismo, e transformada, em favor de sua própria lógica, em mercadoria.

A discussão sobre a inserção da natureza na economia vai promover o surgimento da Economia Ambiental, que trata de considerar a natureza, não, mais, como externalidade, e, sim, como interna ao processo de produção, portanto, como uma prestadora de serviços (ambientais), que devem ser valorados. Contraditoriamente, surge a Economia Ecológica, com a defesa de uma economia, que se apoia no referencial econômico, vinculado à perspectiva da sustentabilidade e/ou da justiça ambiental.

Alguns autores sustentavam a defesa da preservação da natureza na sua profundidade, ou seja, considerando seu valor intrínseco; essa visão é reconhecida como Ecologia Profunda. Os ecologistas desta vertente consideram a natureza eterna e de valor intrínseco, independentemente de valores de troca, resultando daí a importância de preservá-la. Contrapondo-se a essa leitura ambiental, a perspectiva denominada economia ambiental, na qual, segundo Alier (2007), a natureza é pensada como externalidade, a ser inserida no cálculo econômico; e a economia ecológica, que trata das relações entre os conflitos ecológicos distributivos e os diversos discursos de valoração.

Neste contexto de emergência da questão ambiental, constituindo-se pauta no debate, incluindo a discussão no campo da economia, em profusão, tem-se o alargamento da discussão, no

âmbito da Geografia Crítica. Como pesquisadora dos estudos da natureza, em particular, a partir do relevo (Geomorfologia), assumi a posição de buscar uma possibilidade de unificação da Geografia. Para tanto, foi necessário construir um caminho analítico, que desse conta dessas premissas.

A presença do debate da questão ambiental e o desejo de (re)ligar a Geografia permitiu escolher um objeto de estudo, que permitisse essa análise: os areais. Tal escolha se fez, num primeiro momento, na UFSM, ainda. O aprofundamento do debate ambiental vai ocorrer com a chegada à UFRGS, em Porto Alegre (1983), e, desde aí, com a participação ativa na AGB local. Nesse período, eram promovidos debates sobre o tema, em articulação entre a AGB e a Geografia da UFRGS.

Por outro lado, tendo escolhido como tema e problema de pesquisa a busca de explicação da gênese dos areais, difundida, na sociedade gaúcha, como uma questão ambiental, surge a necessidade de buscar elementos, quiçá, através desta problemática, para promover uma investigação suportada na premissa, que considero fundante, da análise geográfica: a relação natureza e sociedade, anteriormente apresentada.

1 A CONSTRUÇÃO INICIAL A RELAÇÃO NATUREZA E SOCIEDADE NA TESE

Ao construir o referencial para o estudo dos areais, tem-se, quando observado o sumário da tese (Suertegaray, 1987), um subtítulo: Geomorfologia Antropogenética e Ambiental. No decorrer desse texto, apresenta-se uma discussão no campo da Geomorfologia e, mesmo, da Geologia, que expressa a pouca relevância dos estudos em ambos os campos, à época, ainda que tais estudos, relativos à atuação do ser humano na transformação do relevo e dos solos, datem de, pelo menos, mais de um século.

Afirma Fels (1957), "que os manuais de Geomorfologia não tratam da parte que lhes compete na atividade morfogenética do homem, cuja participação nos fatos e na evolução da geomorfologia é, portanto, considerável". (Fels, 1957, p. 1 apud Suertegaray, 1987)

Reiterando que a questão ambiental é trazida à discussão na década de 1970, em particular, a partir da geomorfologia norte-americana. Conforme Orellana (1976):

A Geomorfologia Ambiental foi a designação proposta no Simposium de Binghamtom, em 1970, para definir a Geomorfologia Aplicada, voltada para o levantamento de problemas inerentes ao impacto causado pelo homem sobre o ambiente, no que diz respeito ao seu desejo de transformar o

relevo e de usar ou de alterar os processos superficiais.
(Orellana, 1976, p. 4)

Constituiu, esta revisão, uma necessidade de fundamentar a possibilidade de, nos campos da Geomorfologia e das ciências afins, buscar uma abertura para os estudos das “transformações da natureza pelo homem”. À época, tal se fazia necessário, na medida em que professores/pesquisadores, que convivi e debati, sugeriam: os da Geografia Física, que eu permanecesse na Geomorfologia (especificamente) e, da mesma forma, orientavam os de Geografia Humana. Ou seja, de um e de outro lado, fosse na Geografia Física (Geomorfologia), fosse na Geografia Humana, a busca dessa relação pretendida entre natureza e sociedade não encontraria caminho metodológico possível.

Neste item introdutório da tese, explicito os limites de uma análise geomorfológica centrada nesta construção, denominada, nos anos 1970, Geomorfologia Ambiental, uma vez que se propõe a avaliar a ação do ser humano (enquanto processo) como modificador das formas geomorfológicas. Os escritos de Orellana (1976) são exemplos das concepções de ambiente e de natureza, sob esta forma de conceber a análise ambiental.

Diferentemente deste propósito, o que pretendi, ao longo da construção da tese, foi buscar uma perspectiva analítica para além da relação ser humano x natureza, isto é, uma relação sociedade x natureza, o que fica explicitado na seguinte proposição:

Em outras palavras, pretende-se ir além da visão do homem como agente, direta ou indiretamente responsável pela ação de transformação da natureza. Entende-se, essa relação, como decorrente de uma dada formação social (Suertegaray, 1987, p. 25)

Ao assumir esta concepção, iniciava a construção de uma relação sociedade x natureza diferente daquela que estava sendo veiculada pela Geomorfologia Ambiental. A perspectiva analítica, conforme expresso na citação anterior, que decorre da relação entre natureza e sociedade, constitui um processo histórico e, portanto, poderia ser compreendida, enquanto processo, associado a uma dada formação econômico-social. Pensar assim implica conceber que o capitalismo constitui, em última instância, a totalidade em que estamos imersos. Entretanto, essa totalidade se expressa, espaço-temporalmente, de forma diferenciada, conforme se dá a formação histórica de cada Estado nacional. Esta construção permitiu outra leitura de natureza, ou seja, aquela que se transforma, no contexto das relações sociais, tornando-se segunda natureza, a partir da qual se assume uma postura crítica, em relação à análise sistêmica.

Sob este caminho de influência filosófica de Marx e Engels, sobretudo, a partir a leitura de *A ideologia alemã* (1933/1998), ainda no corpo da tese, é feita uma análise do que consistiria e de quais seriam as finalidades da análise sistêmica, que, naquele momento, era colocada como perspectiva de compreensão unificada da Geografia. Entre os diferentes autores lidos, Khilmi (1968), Novik (1960), Grigorijev (1968) Legget (1976), o mais evidente é que todos apontavam o sistemismo, como um caminho, para a compreensão integrada sobre a funcionalidade e sobre o controle da unidade/objeto a ser estudado. Já estava dada, nesse momento, a intencionalidade da análise sistêmica, isto é, analisar a funcionalidade, para, em caso de desequilíbrio sistêmico, poder intervir, ou seja, controlar.

O caminho percorrido, desde a tese, buscou uma superação da construção geográfica clássica, ainda que mantendo elementos fundantes daquela Geografia. Enquanto elementos fundantes, identificamos as seguintes categorias analíticas: a

localização, a distribuição, a diferenciação, a comparação e as conexões. Exemplificando, a primeira pergunta feita na busca de compreensão dos areais foi: qual a sua gênese? Na sequência, buscou-se compreender, inicialmente, sua localização. Tal localização no espaço e no tempo permitiu compreender sua morfodinâmica e sua morfogênese, processos associados à apropriação da natureza, considerando a ocupação colonial. Na continuidade, a pesquisa buscou refletir sobre sua distribuição, procurando, em areais localizados em outras áreas, avaliar o padrão, que caracterizava sua dinâmica. A análise comparativa dos areais, distribuídos na área de ocorrência dessa feição (SW do Rio Grande do Sul), por sua vez, contribuiu com a decifração de sua gênese e de sua dinâmica geomorfológica no presente. Para tanto, foi necessário estabelecer a conexão entre processos, ao longo do tempo. Isto implicou a articulação de escalas analíticas, seja no que diz respeito à dinâmica natural, seja na relação desta dinâmica com a apropriação social.

Enquanto superação, tal consistia em pensar a conexão, não, mais, como relação ser humano x meio, mas, sim, enquanto conexão sociedade x natureza, conforme será exposto mais adiante.

Retornando aos comentários da tese, ao fazer uma releitura da construção teórica, naquele momento, considerando o propósito da escrita, cabe refletir sobre a concepção de natureza, então, concebida e não necessariamente explicitada, ao longo do texto, à época.

A tese não foge à regra e expressa uma concepção consolidada, à época, no âmbito dos cursos de formação em Geografia. Nestes, embora incluíssem estudos da natureza em suas grades curriculares, não traziam uma reflexão sobre o significado de natureza. Não era preocupação, naqueles anos, definir/

conceituar aquilo que seria concebido como natureza. Em outras palavras, a natureza estava dada, sendo compreendida como a nossa externalidade, materializada nas formas e nos processos, que compõe a superfície da Terra.

Isto significava que o entendimento de natureza, em Geografia, dizia respeito, como foi apreendido, aos constituintes bióticos e abióticos, que compunham a Terra e o Universo. Nesta concepção, o ser humano era excluído, ainda que concebido como parte da natureza, como um ser biológico. Decorre desta discriminação/diferenciação a ideia presente, até nossos dias, de que a natureza é um outro, de que a natureza é externa à sociedade.

Neste momento de investigação, em nível de doutorado, é iniciada a reflexão sobre o significado da natureza (“o que é a natureza?”). Esta construção foi se dando, ao longo do tempo de aprendizado geográfico, e, mais adiante, esta será explicitada em maior detalhe. Aqui, digo, apenas, que a natureza estudada era representada como objeto, como externa ao pesquisador (sujeito), uma vez a compreensão de não separação entre sujeito e objeto só viria a posteriori, com a continuidade do processo de aprendizagem, sobretudo, no campo da dialética materialista e histórica.

2 A QUESTÃO AMBIENTAL PRIMEIRAS REFLEXÕES

É, em certa medida, recorrente, sobretudo, atualmente, no contexto da discussão geográfica, considerar meio como equivalente a ambiente e, portanto, considerar desnecessário o uso desse conceito, uma vez que, na Geografia, constituiria uma metáfora (Santos, 1995, e Santos; Silveira, 1997).

Ao longo deste texto, encaminho uma possibilidade de indicar um sentido a ambiente, que, embora possa, em nível conceitual, ter elementos comuns com o conceito de meio, no contexto atual, sendo ressignificado, deixa de ser um possível sinônimo, para se constituir num conceito, que representa e que propõe uma construção analítica diferente daquela de entendimento de meio, da Geografia clássica e de meio ambiente, na perspectiva ecológica.

Cabe, aqui, adentrar o âmbito da Geografia, para expressar, conforme já exposto em Suertegaray (2000), o espaço uno múltiplo, o significado de meio:

“Em seu período inicial, referia-se, a Geografia, não, ao ambiente, mas ao meio (milieu). Para Bertrand (1968), o conceito de meio se define, em relação a alguma coisa, portanto, está impregnado de um sentido ecológico. Aliata e Silvestri (1994), em capítulo referente à passagem do conceito de paisagem ao de ambiente, indica que a ideia de ambiente ou

meio apresenta raízes científicas. Para estes, a origem histórica desta noção está vinculada à Biologia, tendo sido introduzida nesta área de conhecimento pela mecânica newtoniana. Em seu desenvolvimento histórico, no entanto, o conceito perde suas raízes (a de veículo, mediando um objeto a outro) e assume a concepção “de unidade de diversas manifestações entre si relacionadas, sistema, nos termos que o estruturalismo o redefiniu, organismo”. (Aliata e Silvestri, 1994)

“Nesta perspectiva, o ambiente pode ser lido como algo externo ao homem, cuja preocupação seria estudar o funcionamento dos sistemas naturais. Ou incluir o homem, neste caso, “em uma única esfera, cuja chave principal de leitura está constituída por processos naturais” (Aliata e Silvestri, 1994). Para estes autores, a ideia de ambiente elimina, por conseguinte, “toda a tensão, toda a contradição e, neste particular, a tensão essencial, qual seja, a de ser, o homem, sujeito. O único sujeito em um mundo oposto a ele”. (Suerregaray, 2000, p. 26-27)

Este resgate histórico do conceito de meio é substancial para a continuidade desta leitura sobre ambiente. Meio, na origem, é uma relação entre e lembra o sentido, pelo qual utilizamos a expressão “meio de transporte”. Ainda que se tenha transformado, no decorrer da história científica, expressa, ainda hoje, a ideia de uma unidade de manifestações intercambiantes, enquanto organismo, com o entorno.

Esta é a concepção mais generalizada, no contexto ecológico: ambiente é um organismo externo à sociedade; é a natureza, em suas múltiplas instâncias. Quando analisamos estudos, utilizando o conceito de impacto ambiental, por exemplo, a que instância aludimos, quando nos referimos ao ambiental?

Na caminhada de aprendizado sobre o ambiental para

além da tese, um texto, publicado com Schàffer (1988), a que nos referimos, anteriormente, é revelador do pensamento inicial. Neste texto, escrito em coautoria, dissemos:

“Não raro, ouvimos a alegação de que a análise das questões ambientais é tema de Ecologia, numa visão estreita, que dá a cada ciência o “direito” de assumir um objeto de estudo e de monopolizar a produção daquele conhecimento. Entendemos, no entanto, que a análise dos fenômenos, que dizem respeito ao ambiente e, sobretudo, aos fenômenos de degradação, que, de forma mais ou menos intensa, interferem na vida das coletividades, deve ultrapassar os limites da abordagem das ciências naturais e sofrer uma investigação diversificada na área das ciências humanas. Degradação ambiental é um processo social, bem como a aspiração por padrões satisfatórios no ambiente natural, que se expressa por movimentos reivindicatórios específicos (movimentos ecológicos, preservacionistas, de defesa ambiental, etc...). E como processos sociais devem ser encarados.” (Suertegaray e Schàffer, 1988. p.

1)

As considerações que se apresentam neste texto são reveladoras de uma reflexão sobre ambiente, que se inicia **por dentro da Geografia**, ainda que não possamos falar de originalidade, uma vez que a Ecologia Natural já se ampliava para Ecologia Humana e/ou para Ecologia Política entre alguns ecólogos. Este movimento, apesar de sua contradição, nasce no âmbito da discussão da Geografia Crítica, sendo fundamentado nos mesmos referenciais, expressos nas obras de Marx e Engels, que embasavam as discussões das humanidades.

Paralelamente a essa discussão, a questão ambiental inicia a ser investigada, no âmbito da Geografia e das demais ciências da natureza, sob outra perspectiva, ou seja, de cunho técnico, voltado ao planejamento, utilizando as chamadas, à época, “novas

tecnologias”, com base na análise sistêmica.

Nesses anos, de 1990, início a utilização do Sistema de Informação Geográfica (SIG), incluindo o uso de imagens de satélite e de mapeamento computadorizado, no contexto da análise dos areais. Para além dos estudos relativos aos areais, um dos trabalhos, em que me envolvi, utilizando essas novas técnicas e seus procedimentos de análise, tem, como referência, uma análise ambiental, na área do Delta do Jacuí, em Porto Alegre (RS).

O objetivo desta investigação era de avaliar a extensão das inundações nas ilhas do referido delta, através do uso de sensores remotos. Para tanto, foram elaborados dois mapas temáticos. Este mapeamento se deu, a partir da análise digital de imagens de cinco datas, produzidas digitalmente pelo satélite LANDSAT TM-5, entre os anos de 1984, de 1985 e de 1992.

“Para a análise destas imagens no Sistema SITIM, utilizou-se o método de classificação Singe\ec\J. As classes escolhidas foram: água, áreas urbanas, banhados, áreas úmidas, cobertura vegetal arbórea-arbustiva e solo exposto. Este procedimento tomou possível a comparação entre as diferentes datas, no que se refere à dinâmica do uso do solo, bem como às alternâncias de períodos de seca e de cheia no delta e suas consequências sobre o sistema local”. (Suertegaray e Bertê, 1995, p. 108)

Este exemplo expressa parte do sentido, atribuído à análise ambiental, na época: avaliar dinâmicas, que pudessem estar associadas a impactos, chamados ambientais, e os consequentes riscos populacionais.

O uso dessas novas técnicas, a possibilidade de utilização expressiva de dados, sejam da natureza, sejam dados socioeconômicos, e as possibilidades de cruzamentos e/ou de superposições de mapas permitiu que geógrafos envolvidos com esses usos técnicos considerassem que a dicotomia da Geografia,

com essas novas ferramentas, estaria resolvida, o que efetivamente não ocorreu, e o que se observou, dos anos de 1990 para cá, foi uma significativa fragmentação da Geografia.

Neste contexto de diversificação do fazer geográfico, a análise ambiental se fortalece. Ao elaborar uma análise sobre os estudos, relativos à Geografia Física, nos eventos da AGB, Suertegaray e Moretti (2014), a partir dos trabalhos analisados no período 2010-2012, assim se expressam:

“Nos estudos da natureza, algumas questões se colocam: os trabalhos apresentados, no âmbito da AGB, vinculam-se ao planejamento do Estado? À crítica às políticas de Estado? A trabalhos relativos a dar subsídios ao planejamento do Estado? À inserção social e à construção da autonomia de populações, sujeitas a problemas ambientais?”

Temos, no âmbito da AGB, trabalhos que se vinculam ao planejamento de Estado ou à participação de geógrafos nesta atividade (ou sob a perspectiva do planejamento), a exemplo dos estudos sobre diagnósticos ambientais (sobretudo, em bacias hidrográficas) e sobre impactos ambientais. Nesse contexto, também se percebem trabalhos voltados ao planejamento, sob uma perspectiva crítica, em relação ao planejamento do Estado. São visíveis, também, trabalhos, que se articulam com movimentos sociais, em especial, aqueles vinculados às populações tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e assentados rurais, entre outros). Nesta perspectiva, o trabalho é feito junto com as comunidades e para as comunidades, visando, por vezes, ao reconhecimento local para a resistência. Em muitos destes, as análises podem ter foco ambiental, mas ultrapassam esta perspectiva na medida em que promovem a mediação entre comunidades e conhecimentos mais técnicos, objetivando a construção da autonomia de maneira mais ampla, ou seja, não

pelas demandas relativas à qualidade do ambiente, na perspectiva naturalizante, mas sobre o direito ao ambiente como espaço de vida.

Todas essas alternativas expressam uma pluralidade de contribuições. No caso específico dos eventos da AGB, o que fica mais evidente são análises cujas abordagens centram-se na perspectiva da crítica, mesmo quanto aos trabalhos voltados para o planejamento do Estado.” (Suertegaray e Moretti, 2014, p. 98)

Assim se constitui a análise ambiental, ampla e diversa, mas o conceito de natureza permanece sem questionamento.

Em texto escrito, em 2016, em relação à análise ambiental, Suertegaray indicava:

“É observável, na Geografia brasileira, diferentes perspectivas de análise ambiental, e seus vínculos, ora com a economia, ora com a biologia/ecologia. Isto pode ser percebido, ao analisar os diferentes conceitos, que se difundem nessas análises, como: funções ou serviços ambientais, resiliência ou modelagem econômico-ecológica”.

Sob outra proposição analítica, tem-se as análises, que tratam de decifrar os conflitos ecológicos, enquanto conflitos distributivos, e, ainda, como conflitos associados à dimensão territorial, ou seja, à apropriação da natureza, promovendo exploração de recursos, expropriação de populações e espoliação.

Por outro lado, são também observáveis conceitos, que buscam articulação, temas de interface, que derivam da conexão de campos do conhecimento, a exemplo do conceito de bioerosão. Da mesma maneira, tais conceitos buscam relação com as ciências humanas/sociais, quando tratam de impactos e de conflitos ambientais, ou seja, a transfiguração da natureza, a partir das

relações sociais. Como exemplo, pode ser citado o conceito socioambiental, que visa a promover essa articulação.

As dimensões natural e social constituem a raiz da Geografia, ainda que, na atualidade, outras leituras sobre o espaço geográfico não consideram, necessariamente, assim. Entretanto, em diferentes dimensões da análise, tal se revela necessária à compreensão do mundo contemporâneo. Este princípio de conexão, o mais abrangente, permite ultrapassar a separação analítica dos componentes e das dimensões do espaço geográfico, sobretudo, para aqueles, que têm, como preocupação fundante, o entendimento do mundo e as implicações dos fenômenos na vida humana. A Geografia, no entanto, não escapou da fragmentação científica, concebida pela Modernidade. Esta fragmentação não é uma especificidade da análise geográfica; ela está presente no campo científico, ou seja, no debate entre fragmentação e totalização, trazido nesses tempos atuais.

“Na interpretação ambiental, a análise não se vincula estritamente à dimensão natural, mas compreende as relações sociais: políticas, econômicas e culturais. O social amplia a compreensão do natural, pelo uso, pela apropriação e pelo valor atribuído ao ambiente. Em De Paula (2018), a dialética entre natureza e sociedade se manifesta na abordagem territorial”.
(Suertegaray e De Paula, 2019, p. 79-102)

3 SOBRE NATUREZA OU NATUREZAS²

Compartilho da ideia de que a concepção de natureza é social e historicamente construída. A natureza, como herança da Modernidade, é concebida como externa ao ser humano e tal concepção está em discussão, contemporaneamente, nos âmbitos filosófico e científico. Nesta discussão, a natureza pode ser pensada como o outro e, nesse sentido, é importante respeitar o outro. De qualquer forma, não podemos desconhecer que o outro, como natureza, está em nós e que nossa própria natureza é transfigurada, socialmente.

A natureza e a nossa própria natureza se transfiguram, porque transfigurar significa, conforme Maffesoli (1995), transformar uma figura em outra. Esta transfiguração, no caso da natureza, muitas vezes, ocorre como subordinação pelos processos sociais de apropriação e de exploração, no contexto político, que norteia as práticas sociais em nossa sociedade. Portanto, no significado de transfiguração subjaz uma relação de poder.

² A discussão sobre o significado de natureza se faz limitado, no contexto geográfico. Nesta seção, resgato e amplio parte de um texto escrito como debatedora no Simpósio de Geografia Urbana, em São Paulo. O texto se encerra com as considerações aqui colocadas, ampliadas neste momento de construção textual.

Esta subordinação diz respeito à busca, por exemplo, do desenvolvimento tecnológico, da reprodução e/ou da transformação dos ciclos longos da natureza em ciclos curtos, em tempos curtos, ou seja, num tempo mais próximo ao do interesse da reprodução do capital.

Daí decorre a razão de pensar que o conceito de ambiente é uma possibilidade de leitura do espaço geográfico e, por consequência, como exemplo, da cidade. Ambiente constitui um conceito, que permite compreender a transfiguração da natureza e da natureza humana pelas práticas sociais no tempo que faz, na expressão de Serres (1995).

Esta análise é cada vez mais importante, no contexto da cidade e para além dela, mas não impede de analisarmos os espaços geográficos, entre eles, o da cidade, como: território/ territorialidades, paisagens, lugares, entre outros. Os estudos ambientais na cidade teriam, como centralidade, compreender os processos de produção da cidade e, concomitantemente, de produção da natureza, derivando para o ambiente. A dinâmica urbana transforma o sítio urbano, afoga rios, promove ilhas de calor, muda os fluxos d'água superficiais e subterrâneos, polui o ar. Ou seja, a dinâmica urbana produz uma segunda natureza, produz ambiente. Essas transformações expressam um processo histórico de apropriação da natureza e de reapropriação, por parte da dinâmica capitalista. Além disso, a paisagem urbana não é homogênea; ela revela problemas ambientais diferenciados. Cada lugar é a expressão de intervenções diferenciadas, que se expressam em ambientes mais "limpos" e em ambientes mais "sujos", conforme denominação trazida por Serres (2011). Estes, por sua vez, compreendem territórios, que se definem pelas condições de existência das populações moradoras das cidades, revelando desigualdades sociais e ambientais, que se reproduzem.

A cidade, na perspectiva ambiental, poderá ser lida como

não natureza, se pensarmos a natureza como todas as coisas que não expressam uma intenção, além do ser humano e no próprio ser humano, (DROUIN, 1991). Nesse sentido, a cidade, como expressão material de uma intencionalidade, aparece carregada de sentido/intencionalidade humana, sendo, portanto, não natureza.

O que está em jogo, hoje, com as transformações técnico-científicas, diz respeito, fundamentalmente, a uma reflexão sobre natureza. Concebida conceitualmente como externalidade na construção do mundo moderno, permitiu a dominação do ser humano sobre a natureza (enquanto materialidade) e, contraditoriamente, a submissão do ser humano aos problemas de deterioração da vida, resultando daí a condição estratégica do pensamento ecológico ou, de forma ampliada, conforme nosso ponto de vista, do pensamento ambiental. Na cidade, sendo a natureza transfigurada, o embate é entre práticas sociais.

A natureza transfigurada tem, talvez, sua maior materialização na cidade, portanto, a cidade, como expressão da cultura contemporânea, promove essa discussão, qual seja: ao dominar a natureza, através da tecnociência, busca-se o domínio das coisas, dos corpos, da vida, transformados em mercadorias, a emancipação do ser humano – a imortalidade – seria a produção do ser humano para sempre, como um compact disc (CD), cuja perspectiva é de vida eterna.

O que disse aqui, parece ser uma utopia para a sociedade, em que vivemos. Por isso, não vejo inconveniente em pensar em outras possibilidades, em outras utopias, que digam respeito à busca por uma nova possibilidade de pensar e de agir na e pela cidade.

Pensar um novo modo de viver, que inclua a qualidade de vida, com sentido amplo, ou seja, com perspectiva ecológica, de justiça e de bem-estar social, contrapondo-se ao nosso modo de vida, que a tudo desrespeita, que a todos desrespeita, em que uns

desrespeitam aos outros e que, entre esses outros, a natureza e a nossa própria natureza é, hoje, algo revolucionário.

A Modernidade invocou a necessidade de conceber a natureza como algo externo ao ser humano, que se vinculava, à época, ao interesse de dominação da natureza. Esta perspectiva, sustentada numa visão idealista da natureza, reconhecia a natureza como imutável, cuja possibilidade de uso era inesgotável. A discussão sobre esgotabilidade e, conseqüentemente, sobre escassez de recursos constituirá pauta de discussão, com o surgimento da problemática ambiental, sobretudo, a partir dos anos 1970. Entretanto, a questão ambiental, no início, vai ter uma preocupação restrita à natureza, concebida, ainda, como externa à sociedade, e vai falar de impactos, enfatizando aqueles que ocorrem com a natureza e aqueles que ocorrem contra a natureza.

Trata-se de avaliar impactos e de considerar, de maneira um tanto hegemônica, a possibilidade de reversão da problemática da degradação, com base no desenvolvimento técnico. Essa fé no progresso sustenta a fé na possibilidade de reversão da questão ambiental, assim como dá sustentação à possibilidade de produção/reprodução da natureza no interior da lógica da acumulação. (Suertegaray, 2002, p. 161)

No meio técnico-científico, que emerge, a partir de meados do século XX, pode-se perceber um duplo movimento: o da preservação da natureza (externalizada), traduzido em diferentes variantes, e o da sua reprodução via ciência (biotecnologia). Surge a ideia de híbrido, conceito que constitui a expressão do resgate da unicidade. Todos os fenômenos ambientais, sejam formas, sejam processos, são identificados, hoje, como híbridos, conceito difundido por Latour (1994, p. 53):

[...] quando surgiram apenas algumas bombas de vácuo, ainda era possível classificá-las em dois arquivos, o das leis naturais e o das representações políticas, mas quando nos vemos invadidos por embriões congelados, sistemas especialistas, máquinas digitais, robôs munidos de sensores, milho híbrido, bancos de dados, psicotrópicos liberados de forma controlada, baleias equipadas com rádio – sondas sintetizadoras de genes, analisadores de audiências, etc.; quando nossos jornais diários desdobram todos esses monstros ao longo de páginas e páginas e nenhuma dessas quimeras sente-se confortável nem do lado dos objetos, nem do lado dos sujeitos, nem no meio, então é preciso fazer algo. ..é preciso um novo desenho das duas constituições (natural e política) para que possamos acolher os “híbridos e encontrar um lugar para eles, um nome, uma casa, uma filosofia, uma ontologia e, espero, uma nova constituição.
(Latour, 1994, p. 55)

O híbrido de que nos fala Latour me permitiu a reflexão, que segue, transcrita:

Assim, se o território da natureza, na origem, foi natural, a natureza do território, na origem, foi híbrida, e, é desse amálgama que resultam novas formas, novos processos a serem desvendados. Essas formas, esses objetos me remetem a uma outra questão. Essa diz respeito à instância que ainda reconhecemos como natureza. (Suertegaray, 2002, p. 161)

O texto de Latour remete à ideia de híbrido ou poderia ser o advento do ambiente ou da supremacia do ambiente, em relação à natureza. Ou seja, a compreensão de uma natureza que se manifesta, por exemplo, em Milton Santos, como artificial, cibernética e/ou tecnificada, ou como natureza transfigurada, conforme defino.

A subordinação da natureza aos processos sociais gera ambiente e este é diferente de meio. Enquanto o meio tem um fundamento orgânico/harmônico e funcional, o ambiente pode ser pensado como produto social, que, ao hibridizar natureza e sociedade, favorece a uma transfiguração da natureza, de forma distinta, de lugar para lugar, de sociedade para sociedade, além de expressar contradição/conflito. Este movimento permite compreender que o conceito de natureza é cultural e que dele derivam as diferentes formas de apropriação da materialidade, que nos dão condições de existência e de reprodução social.

Ainda que, hoje, tal conceito esteja associado ao campo da cultura, ou das culturas, este não está separado da vida comum e do processo histórico. A produção da vida, segundo Marx e Engels (1998), aparece na origem da História. Em sua crítica a Feuerbach, escrevem que a separação da vida comum da História promove a oposição entre natureza e História.

Promover o entendimento da vida “comum” nos processos históricos de dominação e de transfiguração da natureza nos remete a uma concepção de ambiente diferente da de meio.

Caberia, então, distinguir natureza de ambiente.

Lefebvre (1970, p. 66), numa perspectiva materialista, observa que “tem-se a natureza como fator primeiro”.

Este hombre normal, que no há pasado por una casa de locos o por una escuela de filósofos idealistas, admite la existencia de la naturaleza del mundo, de las cosas, independientemente de nuestra sensación, de nuestra conciencia, de nuestro yo e del hombre em general.

Esse reconhecimento da materialidade, no entanto, pode ser distinguido, conforme as diferentes cosmovisões, que coexistem no planeta/mundo da mesma forma, é diferenciada na ciência e na Filosofia contemporâneas.

Em relação ao modo de produção capitalista, Serres (2011), ao tratar da poluição, expressa uma visão singular. Este autor/filósofo, em seu livro *O mal limpo – poluir para se apropriar*, argumenta que a demarcação territorial (posse) é uma característica do humano, enquanto animal biológico. Nesse sentido, entende que os animais e que a humanidade (neste caso, arraigada a sua dimensão biológica) poluem para se apropriar. Assim, para este autor, o sujo é o território do capital e o limpo é o mal, pois este é o espaço democrático, ao qual todos têm acesso (De Paula; Suertegaray, 2018, p. 99-100).

A poluição, segundo o autor, seria a expressão da apropriação e do domínio da natureza em todas as suas dimensões, daí sua referência ao mal limpo. Para o capital, o limpo é o mal, pois lutar pela não poluição e assumir que o ambiente limpo é democrático e que permite acesso a todos, contraria a lógica da apropriação da natureza como recurso e suas consequentes degradações, poluição e impedimento de acesso à natureza, pelo coletivo. Neste contexto, um rio poluído, portanto, sujo, só é beneficiário da poluição industrial entre outras modalidades de produção de resíduos, excluindo pelo sujo, os moradores locais de acessar a esse rio (mar, floresta, campo, cerrado, caatinga, etc.) o limpo – o democrático, o coletivo. Ao fazê-lo sujo, desapropriam populações originárias e tradicionais, que retiram os recursos necessários à sobrevivência da natureza limpa.

4 A distinção entre naturezas e sociedades

Conforme indicamos no início deste texto, no âmbito da construção da tese, compreendíamos a natureza como externa ao ser humano (à sociedade). Nos escritos de Marx e Engels (1998), evidencia-se uma construção teórica, que muito me influenciou. Gorender, no prefácio de *A Ideologia Alemã*, informa que Marx e Engels:

[sem quererem fazer a crítica ou refutar esse movimento de] continua especialização e pluralização das ciências”, já evidenciada no século XIX, enunciavam que, o que desejavam era proclamar o processo histórico como fundante da análise dialética. Nesse sentido escrevem (no manuscrito), “não conhecemos senão uma ciência a da História e a História poderá ser examinada sob duas perspectivas a história da natureza e a história dos homens... Aspectos que se condicionam reciprocamente, desde que os homens começaram a existir e agir sobre a natureza. (Marx; Engels, 1998, p. 25, inserção nossa)

Se, de um lado, esta afirmação indica que a natureza, concebida na sua dimensão original, é materialidade externa, na perspectiva materialista, de outro, ela se insere na análise marxista como condição fundamental à existência humana, isto é, a natureza é vista como uma esfera da qual o ser humano é parte.

Apesar do materialismo, Feurbach faz do homem um conceito abstrato. E o homem biológico, puro ser da natureza. As supremas relações humanas são as do amor e as da amizade. Relações idealizadas, que nada têm a ver com as relações sociais históricas. Acontece que o homem, justamente pelo caráter de ser social, mantém uma relação ativa com a natureza (não, uma relação meramente fisiológica). Tal como a conhecemos hoje, a natureza já não é original. Foi transformada pelo homem. O que não exclui a prioridade da natureza exterior dos pontos de vista ontológicos e epistemológicos. Só que esta prioridade não deve impedir o reconhecimento do homem e enquanto ser ativo. Enquanto ser distinto da natureza da qual emerge. (Marx; Engels, 1998, p. 27)

Ao refletir sobre natureza, Marx e Engels ampliam a dimensão biológica do ser humano e este ser humano ampliado é produto de suas condições de existência, de suas necessidades e da necessidade de produzir, a partir da natureza, com o seu trabalho. É, portanto, a partir desta relação de coparticipação, mediada pelo trabalho humano, que Marx e Engels vão prosseguir no seu entendimento do mundo, indicando que o ser humano, ao longo do processo histórico, se socializa e, ao fazê-lo, socializa a natureza. Tornam-se, então, ser humano e natureza, produtos sociais. Esta natureza socializada vai ser denominada de segunda natureza. Ou seja, natureza transformada pelo trabalho.

A sociedade ocidental, judaico-cristã, desde que se inclui a concepção da filosofia ocidental sobre natureza, é expressa em Marx e Engels e, mais atualmente, em Smith (1988), sob dupla representação, enquanto a concepção de Ser Humano. Este é concebido como interno e, ao mesmo tempo, externo à natureza. Ou seja, é tanto parte da natureza, na sua universalidade, quanto é externo a ela, sendo ele responsável pelo processo de produção da natureza. Esta compreensão é, por sua vez, reveladora do embate

filosófico entre idealismo e materialismo, ideologias presentes na construção do conhecimento. Enquanto, para os materialistas, segundo Lefebvre (1990), “a natureza (matéria), o mundo exterior, ou seja, a existência de objetos fora de nossa consciência e independente dela, é condição primordial do conhecimento, os idealistas pensam ao contrário, partem das ideias”.

Lefebvre (1990), ao analisar estas duas concepções filosóficas e ao se referir à Teoria do Conhecimento, indica que:

O conhecimento supõe um ‘objeto real externo, a natureza ou a matéria este penetra progressivamente no curso da história, da prática, da ciência e da Filosofia, através do sujeito humano ativo, cujas representações, imagens e ideias correspondem ao objeto, cada vez mais exatas.’

- O ser humano é um sujeito-objeto... sua consciência não se separa de sua existência objetiva, de seu organismo, de sua atividade vital e de sua prática. Ele atua e, como tal, é objeto para outros sujeitos atuantes.

- Sujeito e objeto, pensamento e matéria e espírito e natureza são distintos e estão interligados, em contradição na sua unidade própria.

- Cabe fazer a crítica da unilateralidade do idealismo... porém, não se deve desconsiderar todos os resultados construídos pelos idealistas, em especial, a lógica, na história do conhecimento. Ao contrário, deve ser dado o devido valor aos instrumentos do conhecimento, forjados pelos grandes idealistas. (Lefebvre, 1990, p. 80)

Esta construção permite o entendimento de que o processo de conhecimento é histórico, que os conceitos são representações do mundo, que são forjados, a partir de uma construção científica, em que há uma relação intrínseca entre

sujeito e objeto, resultante de sua prática ou de ações com o mundo exterior e com os outros sujeitos. Ainda que opostos, idealismo e materialismo têm dimensões comuns, embora conflituosas.

A discussão atual, considerando o sentido de outras cosmovisões, que, inclusive, não apresentam separação entre materialidade e imaterialidade, permite conceber a natureza como objeto e, ao mesmo tempo, como representação, os quais são diversos e expressa diferentes cosmovisões, que se manifestam, inclusive, sob processos conflitivos desde a mundialização do capital.

Retornando à Geografia e à natureza, não caberia uma reflexão, que provém de nossa própria prática, em relação à apropriação e/ou à dominação da natureza?

Estou convencida de que sim, por isso ensaio uma concepção de natureza, no sentido de demonstrar que, mesmo que estar no mundo seja nossa condição primordial, tal não deixa de ser expressa como conceito, igualmente. Nesta construção de conceitos e de representações, tanto os materialistas quanto os idealistas (Idealismo Objetivo), ao longo da construção e do desenvolvimento científico, consideram a realidade/natureza objetiva.

Enquanto realidade, a natureza se transforma pela sua própria evolução e é compreendida, por Maturana e Varela (1996), como auto - eco - re - organizacional, ou seja, trata-se de pensar a natureza da natureza. As práticas humanas a transformam, e a natureza, nesse processo histórico, não sendo mais natureza primordial, precisa ser distinguida e, em suas representações atuais, ressignificada.

Na tentativa de refletir sobre natureza, em texto publicado em 2013, escrevi:

A natureza é, no nosso entendimento, tudo aquilo que é produzido/organizado/reorganizado, sem a intencionalidade humana, inclusive, no próprio homem (sua dimensão biológica). São as coisas, que compõem a Terra e seu invólucro próximo e, mesmo, o distante. É a interação destas coisas no espaço-tempo. Diferencia-se dos objetos, posto que estes são construídos com intencionalidade (Santos, 1997), por meio de projetos, de difusão de ideias, de ideologias. Entretanto, a natureza, percebida, é concebida como conceito. Sendo um conceito, nos remete a uma construção social-cultural. Então, se a cultura é diversa no tempo-espaço, a natureza também o é.

[...]

Era assim que Reclus (2010, p. 21-22), no final do século XIX, narrava as diferenças entre ingleses, alemães, espanhóis e portugueses, demonstrando que a herança viking estava presente no desejo de escalar, de fortificar o corpo, de dominar a natureza em seus obstáculos (por exemplo, as montanhas, pelos ingleses), enquanto os alemães viam a natureza como um todo, refletida nas paisagens e na sua dimensão estética. Já os franceses, para este autor, só viam o belo nos baixos campos cultivados, organizados, culturalmente. E os espanhóis e portugueses, embora grandes estrategistas, não conseguiam perceber o sentido do belo nas terras do além-mar, mas apenas as riquezas, provindas das minas e do subsolo. O que isso quer nos dizer? Que a construção do conceito de natureza é social – portanto, cultural –, diferenciado no tempo e no espaço, assim como são as sociedades-culturas. O grifo é nosso. (Suertegaray, 2013, p. 20-22)

Evidencia-se, nesta construção, o embate, que perpassa o entendimento de natureza e que está implicado no valor a ela atribuído, pelas diferentes sociedades. Trata-se de uma valorização de uso, que, no processo histórico, assume valor de troca nas sociedades capitalistas. Esta valorização não é universal, entretanto. Ainda que em conflito com esta concepção, grupos sociais originários e/ou tradicionais expressam concepções diferenciadas de natureza.

Davi Kopenawa ficou vinte anos conversando com o antropólogo francês Bruce Albert para produzir uma obra fantástica, chamada A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. O livro tem a potência de mostrar para a gente, que está nessa espécie de fim dos mundos, como é possível que um conjunto de culturas e de povos ainda seja capaz de habitar uma cosmovisão, habitar um lugar neste planeta que compartilhamos de uma maneira tão especial, em que tudo ganha um sentido. As pessoas podem viver com o espírito da floresta, viver com a floresta, estar na floresta. (Krenak, 2019, p. 13)

A compreensão de natureza do exemplo acima é diversa e diz respeito às comunidades originárias, mas há similitude com as das comunidades tradicionais. Estas, por vezes, podem ter uma leitura de que a natureza é um outro, mas seria um outro, diante da necessidade e da vida amalgamadas com a natureza. Trago, aqui, a experiência de estudos realizados em Tefé, no Amazonas, em uma Unidade de Conservação - a Floresta Nacional de Tefé (FLONA de Tefé). Este trabalho tinha, como objetivo, realizar um mapeamento participativo, envolvendo ribeirinhos, analistas do ICMBio e pesquisadores da UFRGS.

Neste processo, compreendemos mais objetivamente que a vida de um ribeirinho revela uma conexão direta com a natureza,

com a água, com a pesca, com a terra, com o roçado, com o extrativismo e com a floresta.

A lógica de circulação nesses espaços ribeirinhos de floresta se faz pelo rio. Para uma identificação espacial (cartográfica), sempre desejavam saber para onde o rio subia. Para onde o rio subia estava associado à pesca e ao extrativismo, uma vez que suas moradias se localizam à margem de um rio; o comum era subir o igarapé ou o rio – numa linguagem técnica, significava ir em direção a montante.

Todo o seu trabalho estava diretamente vinculado ao ciclo anual da natureza, aos períodos de cheia e aos períodos de seca (vazão mais baixa), tanto em relação ao roçado quanto ao extrativismo vegetal e à pesca.

Para além disto, os ribeirinhos têm uma representação muito particular das feições da natureza. A toponímia regional está associada, em grande parte, a palavras de origem indígena: igarapé, paraná, furo, igapó, entre outras.

Essas toponímias revelam o significado original desses termos, a exemplo de igarapé (rio pequeno, arroio...), e expressam vinculação com suas práticas cotidianas. É exemplo o termo furo, que corresponde a um contato entre dois rios, com passagem pelo interior da mata. Um furo é fundamental, para abreviar os longos deslocamentos pelos rios muito sinuosos, constituindo um atalho no percurso.

Esta compreensão revela uma relação fundante com a natureza, e as palavras revelam dimensões de suas práticas.

5. TEMPO E ESPAÇO NA CONSTRUÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE

Pensar em tempo e em espaço consiste em refletir sobre duas das categorias presentes na relação com natureza e com sociedade, na construção do conceito de espaço geográfico, ao longo da história da Geografia. Não é intenção, aqui, discorrer sobre as influências e sobre as variações das concepções de tempo e de espaço, ao longo dos anos, no âmbito da epistemologia da Geografia³

Na lógica adotada neste livro, o tempo deve ser resgatado, pois explícita, em certa medida, como se constituiu o processo de construção do conceito de ambiente, a partir da experiência de ser geógrafa, neste momento, ampliada.

Nas últimas décadas do século XX, entre outras transformações significativas, destacamos as mudanças no desenvolvimento científico e tecnológico e a reestruturação do modo de viver. Essas mudanças implicam, na visão de intelectuais contemporâneos (VIRÍLIO, 1982; HARVEY, 1993; SANTOS, 1997), mudanças na concepção de espaço-tempo. Enquanto, para a Modernidade, o tempo constituiu a base de toda a perspectiva de progresso e de desenvolvimento social e era pensado como

3. As ideias deste texto foram retomadas de um artigo, escrito em 2002, indicado nas referências.

tempo longo, após os anos de 1970, o tempo é caracterizado pela velocidade. Isso faz com que ocorra uma aceleração dos processos e, por consequência, uma mudança na forma de conceber o tempo. Essa aceleração traz significativas implicações no caráter prático das atividades, como na produção do conhecimento. O tempo, ao se intensificar, dizem alguns, aniquila o espaço; outros dizem o contrário: o que permanece é o espaço; outros dizem, ainda: tempo e espaço são indissociáveis, mudanças em um implicam mudanças de concepção em outro. (SUERTEGARAY, 2002, p. 160)

Na construção científica e, em particular, na Geomorfologia e na Geografia, áreas nas quais atuo, essas mudanças são expressivas. Em relação à Geomorfologia e, mais amplamente, aos estudos da natureza, a mudança na concepção de tempo transforma a sociedade e passa a direcionar parte dos estudos da natureza, para a compreensão da sua dinâmica ou da sua funcionalidade.

Dinâmica, essa, entendida como interação de processos no presente, com vistas à projeção de 'cenários' para o futuro. Essa interação se fundamenta na necessidade de conhecer a natureza e, também, suas derivações, decorrentes das atividades antropogênicas, ou seja, da produção e da reprodução da vida humana nas suas diferentes dimensões. (SUERTEGARAY, 2002, p. 160)

Caminha-se do território da natureza à natureza do território e se vislumbra o híbrido como possibilidade. O híbrido, nesta construção, é o ambiente, que, por sua vez, é diferente de natureza.

Quando nos referimos à natureza da natureza, a centralidade é a sua auto-eco-reorganização. Considero que há necessidade de se conhecer a natureza da natureza. Na história

das ciências naturais, podemos verificar que, num primeiro momento, o interesse era de conhecer suas possibilidades de uso, de apropriação, e, num outro tempo, ou concomitantemente, decifrar sua gênese. Na atualidade, ainda que estes dois interesses estejam presentes, o mais fundamental é interpretar sua dinâmica, sua funcionalidade.

O interesse pela decifração da natureza, na sua dimensão “eco”, revela a condição ambiental, a exploração dos recursos naturais ao limite, os impactos na natureza e, em muito menor proporção, nos humanos. Como resultado dessa lógica de construção social, de exploração e de concentração de renda e de recursos, não é permitido, sequer, a reprodução mínima da vida das classes trabalhadoras, das comunidades, que ainda persistem, mesmo sob pressão, utilizando a natureza, sob lógica e concepção diferentes daquela que se constitui hegemônica (natureza externa).

Em nosso entendimento, tal condição é a um só tempo, a ruptura da natureza da natureza e a demonstração real de que, desde muito, o trabalho humano socializa a natureza, concepção presente no livro *A Filosofia Alemã*, de Marx e Engels (1998), e, da mesma forma, mais contemporaneamente, em Niel Smith (1988), entendida, essa hibridização, como segunda natureza e/ou como produção da natureza, respectivamente.

Em Smith, fica indicado que a concepção de natureza natural (primeira natureza) vem gradativamente sendo produzida, portanto, tornando-se segunda natureza ou, quiçá, mais do que isso. Para esse autor, tal ampliação da produção da natureza para além do que pensaram Marx e Engels, como produto da transformação da natureza natural, através do trabalho humano em objeto, também é perceptível, enquanto agregado, ou seja, expressa uma produção indireta, ou seja, a questão ambiental.

Embora possa ser compreendida como produção e, nesse sentido, conforme Smith (1988), o que temos é natureza produzida, com tendência à universalização, no contexto social atual, a concepção ainda prevalente de natureza externa, permite compreender que:

Essa dupla concepção, relativa à natureza, promove um duplo movimento: aquele da preservação da natureza (externalizada), traduzido em diferentes variantes, e aquele da sua reprodução via ciência (biotecnologia). Desse duplo movimento emerge uma questão significativamente atual: a da permanência ou da mutação criativa, ou a manutenção da criatividade não intencional ou a aceleração da criatividade intencional. Mas permite, também, que, no centro da lógica produtiva, tudo permaneça como antes. Em outras palavras, vivemos um momento da História, no qual a natureza, e sua degradação, é apropriada como forma, cada vez mais ampliada, de produção/acumulação. (SUERTEGARAY, 2002, p. 161)

Enquanto híbrido ou produção, agregada à compreensão de transfiguração da natureza, esta traz novas exigências de enfrentamento e de entendimento do real. Todos os fenômenos ambientais, sejam formas, sejam processos, são, hoje, identificados como híbridos e são analisados como sistemas, o que demonstra a perspectiva de conexão.

Segundo Latour (1994, p. 55), “é preciso um novo desenho das duas constituições, a que se referem a natural e a política, e encontrar, para esses objetos..., um nome, uma casa, uma Filosofia, uma ontologia e, espero, uma nova constituição”.

Aqui, cabe uma reflexão: a expressão de Latour, indicando um novo desenho, para que possamos acolher o híbrido, pressupõe

uma aceitação dessa hibridização, na forma em que esta vem sendo feita, bastando, para um melhor entendimento desses objetos, uma nova constituição, que supere aquela, construída pela Modernidade, que separa natureza de sociedade.

Essa dimensão idealizada se confronta com a realidade, segundo Smith (1988), sob outra perspectiva analítica:

Os seres humanos sobrevivem e se desenvolvem como seres sociais pelo trabalho em cooperação com a natureza. Mas esta unidade da natureza não é diferenciada; é uma unidade, não, uma identidade abstrata, e se torna necessário compreender o papel exercido pela atividade humana produtiva na diferenciação da natureza. (SMITH, 1988, p. 73)

Assim, se o território da natureza comporta um processo de trabalho na origem, enquanto valor de uso, a natureza do território comporta um valor de troca: “Neste nível abstrato, claramente, a relação com a Natureza (a troca material) é uma relação do valor-de-uso; é como um puro valor-de-uso que a Natureza entra na relação com os seres humanos.” (SMITH, 1988).

Esta compreensão é resultante do conceito de metabolismo em Marx, que revela a concepção filosófica de Marx e Engels, em relação à natureza, e explicita que é pelo rompimento deste metabolismo, pelo valor de troca, que se intensifica a produção da natureza.

O metabolismo dos seres humanos com a natureza é o processo pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza. (SMITH, 1988, p. 72)

O território da natureza, na origem, foi híbrido, podendo ser dito que esse amalgama se fez pelo trabalho humano, para preencher suas necessidades vitais. Nestes territórios, não há

separação orgânica entre ser humano e natureza, e é desse amálgama rompido, no decorrer da História, que resultam novas formas, novos territórios ou o que denominamos natureza do território. A natureza do território se vincula, pois, ao rompimento desse metabolismo, em decorrência do trabalho, que, ao promover a ruptura metabólica de origem, através da troca, separa o ser humano da natureza e o transforma em força de trabalho social e, a natureza, em recurso a ser explorado à exaustão, para que a acumulação ampliada se produza e se reproduza.

Parafraseando Serres (1991), o território da natureza expressa o tempo que escoia. Por outro lado, a natureza do território se expressa no tempo que faz, nos ritmos modernos, que, ao se apropriarem de seus recursos, a transformam. O tempo que escoia (*time*) consiste no tempo linear, sucessão reconhecida pelo valor médio do clima, ou no tempo profundo dos geólogos. O tempo que faz (*timing*) e o tempo da probabilidade, dos ritmos, das oscilações.

Esta maneira de conceber o tempo se expressa bem em dois exemplos de problemas ambientais, de elevada magnitude: os rompimentos das barragens de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019), em Minas Gerais.

Barragens são objetos técnicos e representam a apropriação da natureza, mais especificamente, sob duas formas, pelo menos: na produção de energia (Usina de Belomonte) e no lançamento e no controle do fluxo de rejeitos de mineração (Mariana e Brumadinho), promovendo impactos ambientais. Esta última prática revela o tempo que faz, o imediatismo, o presentismo, vinculado ao capitalismo “avançado”.

A construção de barragens, para a produção de energia elétrica, ou o rompimento de barragens, vinculadas à mineração, deixam evidentes os conflitos, que vão se estabelecendo com as comunidades locais, com pescadores, com grupos indígenas, com

ribeirinhos. Essas construções promoveram impactos sobre as populações. Tais impactos foram incomensuráveis. Essas populações ficaram à mercê da justiça, das empresas e das políticas de Estado. Anteriormente, viviam em consonância com a natureza, considerando o tempo que escoou, o tempo lento. Nesse sentido, sua sobrevivência exigia seguir o ritmo e o cuidado com os recursos naturais de seu entorno, de seu “meio” ecológico.

Nesse contexto, desencadeiam-se novos processos a serem desvendados. Essas formas, esses novos objetos (híbridos), levam-nos ao entendimento de que *meio* pode ser compreendido como uma relação, orgânica, do ser individual e/ou social com o seu entorno. O *ambiente* contemporâneo ultrapassa o meio, uma vez que exige uma compreensão, em que a ruptura está posta, e o produto dessa ruptura será, hoje, talvez, algo muito além da produção de segunda natureza, pois, do produto fabricado na origem do capitalismo, para troca, o que se tem, agora, é a produção de um ambiente, que, em certa medida, também se constitui em mercadoria.

5.1 ACELERAÇÃO DO TEMPO, SUBORDINAÇÃO DA NATUREZA E DENSIFICAÇÃO TÉCNICA⁴

O presente é, também, um tempo de subordinação. A natureza, subordinada ao desenvolvimento técnico-científico que engendrou, por meio de novas tecnologias, de novos tempos, promoveu uma transformação, não, só, das formas, como, também, dos processos naturais. Essa transformação implica uma necessidade de repensar a concepção de natureza. Trata-se de um processo, que, pensado filosoficamente, como externalização,

4. O título desta seção é o mesmo do artigo original, aqui, retrabalhado, mantendo o título e o texto na sua escrita inicial, com alguns ajustes.

promoveu tão fecunda subordinação/transfiguração, que, hoje, é difícil avaliar as mediações entre uma (a natureza) e outra (a sociedade). Os problemas colocados como ambientais (efeito estufa, camada de ozônio, transgenias, formas de relevo tecnogênicas, chuva ácida, entre tantos outros) indicam que a leitura em separado da natureza e da sociedade não é mais factível. Para tanto, novos conceitos e novos métodos se fazem necessários, pois tanto os conceitos quanto os métodos necessitam expressar a materialidade do mundo atual. Para tal, não há como fugir da ideia de híbridos, não há como fugir da busca de novos métodos, que promovam a articulação dos elementos e dos processos naturais e sociais. A análise dessas questões é pensada, hoje, sob os princípios da complexidade, de Morin (1990), e da compreensão do dinamismo, na ótica da recursividade, em substituição à causalidade da ciência clássica.

Nesse caminho metodológico, não se valoriza, necessariamente, a harmonia entre os processos, mas, sim, a observação e o registro dos episódios catastróficos, das mudanças de ritmo dos eventos singulares e episódicos, as bifurcações. Valoriza-se a análise dos processos no tempo que faz, muito mais do que os do tempo que escoia. O interesse nessa dimensão estaria associado à necessidade, sempre presente, de conhecer a funcionalidade; agora, a nova funcionalidade, decorrente da crise do ambiente e de suas implicações no processo produtivo. Os estudos da natureza estão cada vez mais carregados de objetivos, de intenções técnicas, que promovem uma densificação (técnica) da natureza.

No presente, os estudos da natureza, por conta de sua degeneração e por conta da necessidade de sua regeneração, estão analiticamente associados aos estudos da morfodinâmica, da funcionalidade, do sistemismo, com vistas ao reconhecimento cada vez mais preciso das derivações naturais,

dos impactos. Esses estudos são objetivados, na linguagem ambiental, por meio dos diagnósticos, dos monitoramentos e das medidas mitigadoras. Devemos ter presente que monitoramento pressupõe controle e medidas mitigadoras, soluções técnicas de restauração da natureza, portanto, natureza tecnificada, natureza artificializada, na expressão de Milton Santos (1997). (SUERTEGARAY, 2006)

A razão técnica vai pensar na necessidade do conhecimento dos processos do presente e se utiliza de tecnologias, que capacitam os meios científicos a alcançar esta compreensão. A razão técnica exige produção de informação imediata, rápida e especializada, daí o desenvolvimento de programas do tipo Sistema de Informações Geográficas (SIG) e a produção de imagens. Essas novas tecnologias permitem produção de informação de forma rápida, favorecendo, portanto, à tomada imediata de decisões e ao controle. A vinculação da ciência à técnica e a progressiva busca de subordinação da natureza, na fase atual de produção, são evidenciadas num duplo sentido: de um lado, a subordinação que degrada e que aniquila; de outro, a subordinação que recria e que reinventa a natureza. Em ambos os casos, o híbrido manifesta, ou a produção do híbrido se manifesta, como objeto densamente tecnificado, no contexto cultural da sociedade (Suertegaray, 2002, p. 162).

É por essa razão que Drouin (1991), ao se referir à Ecologia, diz:

[...] por isso continua a ser - pese a imprecisão do vocábulo - uma ciência da natureza, mas uma natureza repensada, rica de belas regularidades e de fenômenos imprevisíveis, uma natureza a gerir e controlar [grifo meu], mas também a contemplar e a proteger. (Drouin, 1991, p. 169, grifos do autor)

As colocações do autor representam o sentido dado à natureza e, em particular, à Ecologia. Importa investir no seu conhecimento, não, mais, na perspectiva de sua compreensão no tempo longo, no tempo que escoou, ou seja, no tempo de sua autoprodução /formação. Cabe, agora, compreender a funcionalidade da natureza e das suas derivações no tempo curto. Importa, no estágio atual da ciência e da sua relação com a tecnologia e com a produção, conceber sua dinâmica “natural”, para, efetivamente, gerir e controlar. (Suertergaray, 2002, p. 162)

O ambiente é produto do trabalho humano e, na contemporaneidade, pode ser entendido como o amalgama entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o ambiente contém o meio (orgânico), mas é um produto social. Surge, portanto, da questão ambiental, ou do ambiente produzido, a necessidade de sua decifração, no âmbito científico, para gerir e para controlar, sob a perspectiva do capital.

Contraditoriamente, há mais de vinte anos, emergiu, nos EUA, o que se denominou Justiça Ambiental. Na versão da rede Brasileira de Justiça Ambiental, tem-se as conceituações de Injustiça Ambiental e de Justiça Ambiental.

Enquanto Injustiça Ambiental é entendida como:

[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, os grupos raciais discriminados, os povos étnicos tradicionais, os bairros operários, as populações marginalizadas e vulneráveis. (ACSELRAD et al., 2009, p. 41)

A expressão Justiça Ambiental é entendida como o:

[...] conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais

negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais assim como da ausência e omissão de tais políticas. (ACSELRAD et al., 2009, p. 41)

Mais amplamente, Justiça Ambiental é pensada:

[...]como instrumento de luta que assegure acesso justo e equitativo, direto e indireto aos recursos naturais do país...amplo acesso as informações relevantes sobre uso dos recursos e destino de rejeitos e localização de fontes de risco...constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de alternativas que assegurem democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade [...]
(ACSELRAD et al., 2009, p. 41)

O movimento pela Justiça Ambiental⁵ explicita, na prática, o que trazemos à discussão como ambiente no contexto geográfico. Entre as demonstrações da problemática, no Brasil, retiramos desta mesma obra o indicativo de que:

[...]os modos de produção e as formas de organização social não capitalistas são pouco a pouco destruídas pelo mercado, por não atenderem a dinâmica lucrativa dos capitais, que vão se apropriando das áreas comunais e terras indígenas aproveitando-se da anuência relativa do Estado e da baixa capacidade de mobilização das populações que possuem menores recursos financeiros e políticos. (ACSELRAD et al., 2009, p. 42)

5. Vale lembrar a ideia de Racismo Ambiental, que essa rede trabalha, vinculada à Justiça Ambiental. Trata-se de uma abordagem proveniente dos EUA, que associa a instalação de grandes empreendimentos, com potencial de causar impacto ambiental, em territórios ocupados pelas populações negras.

6 AMBIENTE UMA CONSTRUÇÃO PELA GEOGRAFIA

Do que foi construído neste texto, até aqui, enquanto expressão do caminho reflexivo percorrido, início essa seção pela síntese, ou seja, pelo conceito de ambiente:

[...] pensar o ambiente em Geografia é considerar a relação natureza/sociedade, uma conjunção complexa e conflituosa que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem. Processo este que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma, também, a natureza humana.
(SUERTEGARAY, 2004, p. 196)

Ao entender ambiente da forma como tal se expressa no conceito acima, algumas considerações/explicitações são necessárias:

- i. O conceito de ambiente não pressupõe, necessariamente, a única possibilidade de construir uma Geografia unificada;
- ii. Este permite que seja decifrada a problemática ambiental, contida na dimensão de interface, no espaço geográfico;
- iii. Busca superar a visão naturalista, presente em grande parte da análise ecológica, e, ao mesmo tempo, busca desatrelar esse conceito da concepção quase equivalente, e, em alguns casos, equivalente, ao entendimento de natureza;

iv. Reconhece outras formas de pensar a questão ambiental, a exemplo da construção reconhecida como socioambiental (Mendonça, 1998; 2001) e, mesmo, a denominada Geografia Ambiental (De Souza, 2019);

v. Busca distinguir, contemporaneamente, ambiente de meio, uma vez que este tem uma herança biológica e é interpretado como um organismo, expressando funcionalidade, portanto;

vi. Compreende ambiente, não, como uma abstração, mas, como uma dimensão passível de ser analisada nos movimentos da sociedade e do conhecimento. Nesse sentido, é importante resgatar o que está na base dessa construção: a transformação da natureza primeira em natureza segunda, ou, dito de outra forma, as histórias da socialização da natureza e da natureza humana.

Esta transfiguração da natureza é resultante das diversas intervenções humanas, através do processo produtivo e, conseqüentemente, tecnológico, nas suas variações espaço-temporais, criando, conforme já reportado, o que Santos (1997) denomina *natureza tecnicificada*.

Importa compreender que essa natureza tecnicificada pode ser compreendida como transfigurada, ou seja, como transformada em outra, pelo poder do próprio conhecimento, que foi se construindo, como exigência social de decifração da natureza e de sua dinâmica, associada à busca de alternativas, oriundas da tecnociência, para, no movimento de expansão capitalista, dominá-la e explorá-la.

Neste contexto, amplia-se o uso da natureza, que se torna, além de valor de uso, ao longo do tempo, valor de troca (ver SMITH, 1988). Ao se tornar valor de troca, torna-se mais intensamente apropriada/explorada e, nestas circunstâncias, o que era, inicialmente, uma transformação da natureza pelo trabalho humano, transforma-se em segunda natureza, pelo trabalho produzido de forma ampliada. Alarga-se, significativamente, a

produção de natureza, estando implicado nesta natureza produzida e nas suas manifestações o entendimento de ambiente. Entretanto, a despeito da relevância deste entendimento, considera-se central prosseguir, na Geografia, no sentido de avaliar as implicações destas transfigurações na vida humana, de forma diferente e de acordo com a organização social de cada território. Tais formações sociais, sobretudo, as não capitalistas, no Brasil e, da mesma forma, na América Latina, identificadas como comunidades originárias e/ou tradicionais, expressam uma relação diferenciada com a natureza, de uma para outra e, da mesma forma, em relação aos territórios do capital, a exemplo dos do agronegócio. Tais divergências estão no centro dos conflitos territoriais no Brasil e estão fortemente presentes na Amazônia brasileira.

Essas implicações, ditas “ecológicas”, são apropriadas pela economia em diferentes variantes. Ou seja, com o advento da problemática ambiental, evidencia-se, no campo econômico, um embate, em relação à valoração da natureza.

A esse respeito, Alier evidencia que, nos conflitos socioecológicos, diversos atores esgrimem diferentes discursos de valoração. Há os que insistem no predomínio do crescimento econômico, na necessidade de aliviar a pobreza, não, mediante a redistribuição, mas com o crescimento a todo custo. (ALIER, 2007, p. 45)

Essa valoração se refere a uma concepção, que perpassa a economia e a política, e que é defendida pela Economia neoclássica. Desta forma, a sociedade se torna cada vez mais desigual e a natureza, enquanto externa ao processo produtivo, se transfigura ou se degrada. Emerge, assim, a questão ambiental, a questão ecológica, como paradigmática na sociedade atual.

Mas, para o mesmo autor, “existem aqueles que, mais moderados, demandam uma valoração crematística das externalidades negativas, aludindo às análises custo-benefício” (ALIER, 2007, p. 45). Tratam-se, neste caso, de tendências econômicas contemporâneas, que incorporam a discussão sobre o ambiente e que são reconhecidas, no âmbito da produção, como Economia Ambiental, um campo emergente na sociedade capitalista, ou seja, a reconhecida economia verde, uma das faces do capitalismo verde. Nesta visão econômica, a natureza é internalizada ao cálculo econômico; torna-se mercadoria. Concebe-se que o crescimento econômico e que o desenvolvimento técnico tem condições de reverter os processos de degradação da natureza. Para tanto, propõe-se a internalização da natureza, via valoração dos recursos, no âmbito da produção ou do consumo, como a água, por exemplo. Neste contexto, mais recursos naturais se tornam mercadoria.

Ademais, temos aqueles que, sendo pobres e dispendo de pouco poder político, apelam, contrariamente, às outras linguagens, ao discurso dos direitos humanos, ao valor da natureza, para a sobrevivência humana, aos direitos territoriais indígenas e à sacralidade de alguns espaços de vida (ALIER, 2007, p. 45). Trata-se, para este autor, da Ecologia dos Pobres.

Esta Ecologia, por sua vez, vincula-se à Economia Ecológica, e, na discussão proposta por Alier (2007), o entendimento da problemática ambiental, nessa perspectiva, implica o reconhecimento de que os problemas ambientais, na grande maioria dos casos, consistem no que denomina de conflitos ecológicos distributivos. Aqui, é possível verificar que, no que concerne aos conflitos ecológicos distributivos, tem-se uma relação intrínseca, estabelecida entre as noções de território/ territorialidades e de ambiente. Cabe, então, explicitar o nosso

entendimento sobre estes conceitos. Quando a referência é o território, trata-se do Estado-nação ou de uma Formação Econômica e Social (FES) específica. Quando a referência é territorialidades, concebe-se como expressão de modos de vida, que, ao mesmo tempo que podem ser individualizados, compõem uma sociedade, objetivada num território (Formação Econômica e Social) e territorialidades em conflito. Esta conexão se evidencia, quando problematizamos a gestão ambiental.

Logo, pensar o território e muitas das discussões atuais, no contexto ambiental, pressupõe conceber que as questões ambientais são, antes de tudo, questões territoriais. (SUERTEGARAY, 2014, p. 4-5)

Por conseguinte, ambiente, enquanto conceito operacional ressignificado na Geografia, poderá favorecer a uma análise ambiental, que não desvincule impactos e/ou degradação das relações sociais, da economia e, sobretudo, do poder. Poder de, através das relações sociais, explorar natureza, homens, mulheres e suas naturezas. Da mesma forma, tal poder produz espaços de injustiça ambiental, mas trata-se, hoje, de entendê-las, no contexto da justiça social, expressas nas desigualdades espaciais, diante de processos de exclusão pelo desejo de exploração de recursos ou de despejo de resíduos, com base em critérios locacionais e sociais.

6.1 O CONCEITO DE AMBIENTE COMO POSSIBILIDADE ANALÍTICA NA GEOGRAFIA⁶

A partir das referências iniciais deste texto, somos levados a considerar que trabalhar com a questão ambiental em Geografia, ou, dito de outra forma, trabalhar a partir do conceito de ambiente, é distinto da forma de conceber ambiente, ecologicamente, isto é, da forma mais comumente difundida por este campo de conhecimento. Para ilustrar a questão, trazemos um exemplo de pesquisa do trabalho de De Paula (2013) sobre a problemática ambiental da pesca no Delta do Jacuí, em Porto Alegre (RS). Na leitura do autor, fica evidente a mudança no questionamento, uma vez que o autor não se pergunta quais são os impactos dos usos da terra, em relação à natureza. Assim, ao construir seu objeto de pesquisa, relativo à pesca, em particular, no lago Guaíba, em Porto Alegre (RS), De Paula (2013) se pergunta: que impactos os problemas ambientais presentes e reconhecidos neste lago, de longa data, promovem aos pescadores artesanais, em relação a seus espaços de pesca, enquanto atividade de manutenção de suas vidas?

Disto resulta uma inversão de análise, pois os sujeitos da pesquisa passam a ser os pescadores. São eles que informam sobre as perdas históricas promovidas à pesca artesanal pela poluição desse lago, decorrente de seus usos múltiplos. Ao mesmo tempo, também explicitam os conflitos com os protagonistas dos diferentes impactos: a administração pública, os empresários, os agricultores, entre outros, os quais são externos à comunidade de pescadores, mas que resultam em tensões entre seus membros,

6. Nesta seção, transcrevemos um texto já escrito. Considera-se que sua escrita responde pelo objeto de discussão neste item e, ao mesmo tempo indica uma temporalidade na escrita, um texto datado de 2014

cujos espaços de pesca já estavam, em certa medida, solidificados no que denominou territorialidades da pesca. Constituem, estas territorialidades, objetivações de modos de vida em tensão com as políticas de Estado, com os empresários e com os agricultores, nas suas diferentes escalas.

Desse modo, os conflitos ambientais e territoriais são, sobretudo, conflitos políticos. O conceito de gestão, comumente, usado, no âmbito das políticas de reordenação territorial, indica a necessidade de gerir o território, de forma um tanto mais descentralizado. Propõe, em algumas instâncias, a constituição de comitês representativos dos diferentes segmentos sociais. Nestes casos, as proposições e/ou as decisões na desconstrução de conflitos são, cada vez mais, mediadas pelo conhecimento técnico. A ciência colabora, nesse sentido, e, no caso específico da Geografia, os diagnósticos, os monitoramentos, os zoneamentos são exemplos de conhecimento técnico a serviço da política, em relação ao ambiente.

É por essa razão que se faz necessária a ampliação da visão ambiental, uma vez que se trata, agora, de pensar o território (enquanto FES) e, por isso, muitas das discussões atuais, no contexto ambiental, expressam a ideia de que estas são, antes, questões territoriais, na medida em que ao território, como espaço de apropriação política, se vinculam os recursos e a sociedade, em todas as suas manifestações. Como natureza, a sociedade e as manifestações destas no território não são homogêneas, uma vez que é no território que, objetivamente, o conflito se manifesta. Esses conflitos, mesmo quando falamos de ambiente, estão presentes, e, em geral, se sobressaem mais intensamente nos países pobres. Assim, podemos dizer que temos disputas de uso dos recursos, relacionadas às formas de valoração da natureza, que, por sua vez, revelam a concepção que cada sociedade atribui a esses recursos, podendo ser, estes valores, de uso ou de troca.

Moscovici (2007), um dos fundadores do movimento ecológico na França reconheceu, em debate com o antropólogo Robert Jaulin, que, ao se destruir a natureza, estamos destruindo culturas, reconhecidas, aqui, como as culturas oriundas das sociedades indígenas. A partir do debate com Jaulin, Moscovici passa a entender que ecocídio é, também, um etnocídio. Essas culturas, em diferentes países da América Latina, por exemplo, no Brasil, coabitam o mesmo território-nação, muito embora tenham “garantido” seus próprios territórios, institucionalmente.

Contraditoriamente, a mesma cultura que produziu a concepção de natureza externalizada ao ser humano (no caso, a cultura ocidental) não vê a humanidade, em seu conjunto, da mesma forma. Ao promover etnocídio, concebe, no seu ideário, os homens e as mulheres de outras culturas como naturalizados e externos ao seu mundo, podendo, pela via do poder, que deriva da economia em grande escala, expropriá-los ou, mesmo, exterminá-los (Suertegaray, 2014, p. 6-7).

7 AMBIENTE E TERRITÓRIO INTERFACES

A questão ambiental tem sido a expressão de conflitos sociais, políticos e econômicos e, também, de conflitos sobre a forma de conceber a natureza. Os conflitos sociais, na forma concebida por Alier (2007), isto é, como “conflitos ecológicos distributivos”, expressam confrontos de apropriação de espaços/naturezas, que buscam novas formas de apropriação, que, por sua vez, contrariam populações originariamente ocupantes do local/lugar.

São inúmeros, os conflitos deste calibre, distribuídos pelo mundo. Por vezes, conflitos ambientais são analisados como formas de apropriação de recursos, com transfigurações negativas na dinâmica da natureza. Entretanto, na proposição analítica expressa no entendimento de ambiente, apresentado no transcurso deste texto, os conflitos ambientais revelam conflitos territoriais. Estes, na sua grande maioria, incluem a posse ou, melhor, a propriedade da terra, e, com esta, de seus recursos naturais. Neste processo, tendem a excluir a população local. São inúmeros os exemplos do que Alier definiu como “conflitos ecológicos distributivos”, ou seja, conflitos ecológicos, decorrentes da apropriação da natureza e de sua exploração, para fins de mercantilização.

Em outras palavras, tem-se conflito entre os moradores tradicionais, por exemplo, e os grandes projetos de exploração de recursos, ou uma disputa pela natureza, enquanto valor de uso e valor de troca. Os embates que se registram, ao redor do mundo, são, na sua maioria, com populações locais, camponesas e indígenas, predominantemente. Estes estão presentes em território nacional, bastando lembrar da mineração, do garimpo, dos manguezais e da carcinicultura, da biopirataria, das monoculturas (soja, açúcar), da silvicultura do eucalipto, por exemplo.

Porto-Gonçalves (2012), quando analisou os movimentos sociais na Amazônia, destacou os conflitos entendidos como socioambientais/socioespaciais (dependendo da perspectiva analítica). Este autor citou a resistência dos seringueiros, dos índios, da população negra, das mulheres quebradeiras de coco de babaçu e dos ribeirinhos. Além destes, também podemos citar os conflitos pela água, desdobrados em conflitos pela construção de barragens (no Brasil), pelo uso da água subterrânea para irrigação (na Índia), pelas transposições de rios e pelo uso da água (no Brasil), para ficarmos com alguns exemplos.

A apropriação da água nas regiões de maior escassez, a exemplo do nordeste brasileiro (em particular, no sertão nordestino), tem promovido inúmeros conflitos. Entre as mais emblemáticas da atualidade, tem-se a discussão sobre a transposição do rio São Francisco, que expõe a controvérsia sobre os usos futuros destas águas como uso coletivo, e, portanto, passível de beneficiar, tanto populações tradicionais quanto o uso privado (grandes empreendimentos agrícolas ou, mesmo, áreas urbanas).

Vianna (2005, p. 360) destacou a disputa pela água no Brasil, para a geração de energia, que promoveu, além de conflitos diplomáticos entre países da bacia do Prata: “uma legião de

famílias de agricultores, que tiveram suas terras inundadas, desapropriadas e mal indenizadas e que, muitas vezes, foram retiradas à força no processo de construção de barragens”. Estas populações estavam na origem da constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens.

O autor também incorporou a essa disputa a Amazônia, indicando que “a Bacia Amazônica volta a ser um desafio para a nação brasileira num novo contexto, em que, além da floresta e da biodiversidade, a água entra no jogo da geopolítica regional da Amazônia” (ibidem).

Barbosa (2013), nas conclusões de sua tese sobre a transposição do rio São Francisco, a partir de exaustivo levantamento de informações e de trabalho de campo feito nessa região, indicou que:

Paraíba (Eixo Leste), parece ser problema mais grave, em relação à Paraíba (Eixo Leste), que parece ser o destino das águas importadas do rio São Francisco. Estas, que, a princípio, deveriam ser utilizadas para consumo humano na luta contra a seca, estão prestes a ser levadas para além do semiárido e ter o seu uso no Litoral-Agreste, em um chamado “eixo de integração de bacias litorâneas”. Este será o motivo principal a potencializar os conflitos pelo acesso e pelo uso da água na região semiárida do estado da Paraíba, sobretudo, ao longo do rio Paraíba e do canal Acauã-Araçagi, uma vez que, para atender às duas demandas citadas (Campina Grande e Vertente Litorânea), as águas da transposição (eixo leste) terão que cruzar todo o semiárido caririzeiro paraibano. (BARBOSA, 2013, p. 339)

Esta tese demonstrou que, nesta região, as demandas, relativas à água, são urbanas, pelo abastecimento da cidade de Campina Grande, entre outras localidades, ou são destinadas ao

agronegócio. Por consequência, o conflito pela água é, de forma ampliada, uma possibilidade eminente.

De Paula (2013), estudando a problemática da pesca na área do Delta do Jacuí, no Rio Grande do Sul, informou que:

O Fórum Delta do Jacuí foi criado na busca de respostas efetivas à crise ambiental vigente na pesca artesanal e sua área de abrangência. Observamos que impactos ambientais, causados pela pesca predatória e por outras atividades econômicas, têm causado a desterritorialização e o concomitante estabelecimento de novos territórios e territorialidades, por parte dos pescadores artesanais. Assim, estabelece-se um contexto de conflitos e de disputas territoriais, que influenciam o conteúdo dos conhecimentos tradicionais, que passam a ser entendidos como territoriais. (DE PAULA, 2013, p. 7)

Constituem exemplos, conforme referido em Suertegaray (2013, p. 27):

[...] expressões de conflitos, que vêm sendo considerados territoriais. De Paula, ao trabalhar na perspectiva dos conflitos, como geradores de processos de desterritorialização, identificou, no delta do Jacuí, conflitos considerados ambientais, que estão no âmago de disputas territoriais – ou, como denominou, ‘territorialidades em disputa’. Estas geram expropriação de comunidades tradicionais, a exemplo dos pescadores locais, pela demanda de exploração agrícola, mineradora e, mesmo, urbana. Os conflitos e as disputas se fazem em diferentes escalas, sob diferentes formas de apropriação/expropriação, e mostram que, no âmago dos conflitos sociais, tem-se a revelação das dimensões espacial, econômica, social, cultural e epistêmica de concepção de natureza, que orientam o modo de ser e de política, como estratégia, para definir o que fazer e como fazer.

Vive-se, contemporaneamente, a desconstrução da legislação ambiental brasileira e, ao mesmo tempo, uma intensa busca pela apropriação e pela exploração de recursos. As evidências mais contundentes dizem respeito ao desmatamento da Amazônia brasileira e às queimadas de florestas, que, invadindo territórios indígenas, desrespeitam a legislação e, ao mesmo tempo, expropriam as terras e os recursos de sobrevivência destes aborígenes, além de imporem a propriedade privada sobre a propriedade coletiva das populações indígenas, desestruturando seus hábitos e seu habitat. A mineração, através do garimpo “clandestino”, é uma outra expressão da questão ambiental, que é territorial.

A luta dos povos indígenas para manter seu território confronta uma questão de posse da terra, para seus usos, com a exploração do minério, para a troca. Este conflito gera derivações na natureza, que é condição de vida dos povos da floresta, e, ao mesmo tempo, desestrutura suas vidas, pela violência manifestada pelos invasores. Trata-se do ecocídio, a que se referiu, há alguns anos, Moscovici (2007).

Esta disputa se centra na valoração do território e dos recursos, enquanto valor de uso de abrigo e/ou de subsistência e enquanto valor de troca, portanto, de natureza-recurso-mercadoria.

No âmbito da cadeia ecológica, a forma como essas comunidades utilizam a natureza possibilita a manutenção da rede da vida (CAPRA, 2020), uma vez que esta coexistência com a natureza permite a manutenção dos “serviços ambientais”, aos quais os ecologistas fazem referência.

Ressalta-se que o conceito de serviço ambiental não é adequado à compreensão da relação natureza e sociedade, do ponto de vista das sociedades não capitalistas, a exemplo dos povos indígenas.

Serviços ambientais constituem um conceito, que expressa uma perspectiva mercadológica, uma vez que serviços podem ser avaliados e monetarizados e estão vinculados ao valor de troca, correspondem às técnicas de valoração ambiental, ou seja, que visam a mostrar o custo da degradação da natureza. A partir desses procedimentos, é atribuído um valor monetário aos serviços ambientais produzidos pelos ecossistemas. Na continuidade, reconhecido o custo ambiental, surge o conceito de pagamento de serviços ambientais (PSA).

As técnicas de valoração ambiental são uma ferramenta, para mostrar o custo que a degradação gera. Elas atribuem um valor monetário aos serviços prestados pelos ecossistemas. Explicitar esses custos para o resto da economia pode incentivar a conservar os recursos naturais ou a usá-los de maneiras que sejam sustentáveis, “definido como uma transação voluntária, na qual um serviço ambiental bem definido ou um uso da terra, que possa assegurar este serviço, é adquirido por um comprador de um provedor, sob a condição de que o provedor garanta a provisão deste serviço. (O ECO, 2014)

Os usos, aos quais nos referimos, em relação às populações originárias e tradicionais, são usos em coexistência com a natureza. Serviços ambientais são uma construção, que visa a atribuir, à natureza e a sua dinâmica, valor de troca, o que diz respeito à Economia Ambiental, que, por sua vez, é diferente da proposição da Economia Ecológica.

8 GEOGRAFIA, AMBIENTE E TERRITÓRIO⁷

Início com a seguinte afirmação: nós, geógrafos e geógrafas, ou da Geografia, temos, como uma das possibilidades analíticas, trabalhar a questão ambiental, a dimensão ambiental. Quando afirmo isto, não estou defendendo que o problema ambiental se constitua um unificador dos estudos de conexão entre natureza e sociedade, em Geografia. Embora, profissionalmente, tenha buscado, desde sempre, trabalhar com a relação natureza e sociedade, não acho que essa seja a única possibilidade de entendimento desta conexão, no âmbito da Geografia.

A questão ambiental é uma dimensão possível de ser estudada na Geografia, mas, não, a única, nem aquela que a unifica, exclusivamente. Contudo, se a questão ambiental é uma das dimensões da Geografia, considero relevante que geógrafos e geógrafas se perguntem de que ambiente estamos falando.

É comum entre nós, geógrafos e geógrafas, e entre profissionais de outras áreas, trabalhar com um ambiente já pré-conceituado, ou seja, com um conceito de ambiente pré-definido, de que nós apenas nos apropriamos, oriundo de campos de conhecimento, como, por exemplo, da Biologia, mas penso que

7. Nesta seção, retomamos o artigo homônimo, de Suertegaray (2015), aqui reescrito, mantendo suas ideias originais, acrescidas de outras.

essa concepção de ambiente não é satisfatória.

Para me fazer entender melhor, resgato o conceito de ambiente mais comumente trabalhado na Ecologia. Observa-se que deriva deste conceito de ambiente o conceito de ecossistema. Ambiente, na sua origem, significa “a relação dos organismos com o meio”. Aqui, pode-se observar que ambiente é uma relação/ mediação entre organismos vivos e o meio entorno, constituído de elementos naturais abióticos. Quando a Biologia, na origem, e, depois, a Ecologia, se refere à ambiente, ela se refere aos organismos vivos e não vivos, excluindo o ser humano. A ecologia surge como “ecologia natural”, sendo a base, a origem, da Ecologia. Ao longo da história da Ecologia, esta incorpora a dimensão antrópica, e vai tratar de “ecologia humana”, mas, ainda assim, é uma Ecologia, que pensa o humano como espécie natural: é o humano ou o ser humano, enquanto espécie, o predador da natureza. Para muitos biólogos, o ser humano é um vírus na superfície da terra.

Hoje, embora persistam várias tendências, há um debate centrado no que se tornou conhecido como Ecologia Política.

Por sua vez, a Geografia, desde os geógrafos clássicos, é entendida como uma ciência de interação ser humano-meio. O entendimento de meio na origem do pensamento geográfico, dizia respeito ao entorno natural, advindo daí a razão de ser definida como uma ciência de conexão entre o ser humano x meio. Se assim não fosse, seria uma ciência do estudo do meio, tão somente. Contemporaneamente, passa a ser definida como uma ciência de relação sociedade-natureza ou sociedade-espço. O espaço seria concebido como produção social, resultante do trabalho humano sobre a natureza, enquanto a natureza constituiria uma dimensão do espaço (Moraes; Da Costa 1984) ou uma dimensão do espaço social, enquanto espaço produzido com a natureza, conforme Smith (1988).

Revela-se, neste embate, a necessidade de uma discussão, relativa a meio e a ambiente. Ambiente chega na Geografia como meio ambiente. É um conceito que deveríamos entender como um meio, como uma metade, conforme referiu Porto-Gonçalves, em 1989. Esse termo, segundo mencionado, deriva da Biologia. A Geografia se apropriou do termo da Biologia, que, por sua vez, o trouxe da Física. Meio, na Física Newtoniana, é “o espaço de transcurso ou espaço de relação”. A Ecologia, ao se apropriar deste conceito, transformou-o em interação entre elementos, concebido, sempre, na perspectiva da natureza. Resumidamente, o termo meio vai evocar a relação do ser individual ou do ser coletivo com o seu entorno.

Na Geografia, deveríamos pensar: que entorno é esse, do qual falamos? Mesmo hoje, quer vivamos numa zona rural, quer numa cidade, esse entorno é, praticamente, se não totalmente, artificializado, ou seja, a natureza que nós vivemos, hoje, não é mais a primeira natureza; é a segunda natureza, ou, talvez, mais do que isso.

O professor Milton Santos (1997) se refere a essa natureza produzida socialmente como “natureza artificializada” ou tecnificada. Eu costumo usar a expressão “natureza transfigurada”. A mediação sociedade-natureza, feita pelo trabalho humano, transfigura a natureza, ou seja, transforma a natureza em outra, sem, contudo, eliminar sua essência natural.

Se ambiente pode ser compreendido como a relação do ser ou dos seres com o seu entorno, propomos que tal relação seja entendida para além da interação biológica ou ecossistêmica, ou seja, que ambiente seja a expressão da produção da natureza, conforme define Smith (1988).

Ambiente e meio são conceitos que promovem uma discussão, atualmente. Para alguns geógrafos(as), são equivalentes. Digamos que, concebendo ambos como relação entre um ser

individual e/ou coletivo e seu entorno, meio e ambiente podem ser semelhantes, falando de forma mais abstrata.

O entendimento trazido aqui é o de que ambiente, como conceito, deve, pelo menos para nós, geógrafos(as), levar em conta, não, só, a dimensão da natureza, mas as duas dimensões fundantes da Geografia: a dimensão natural e a dimensão social, e o resultado dessa produção conjunta e contraditória. Ademais, deve-se refletir, ainda, sobre o fato de que sociedades produzem culturas, através de suas práticas sociais e de suas representações. Cada vez mais, há implicações das dimensões da cultura na questão ambiental, pois diferentes culturas expressam diferentes cosmovisões sobre o sentido da natureza em suas vidas. E essas diferenças promovem práticas e valorações diferenciadas, resultando em construções de ambientes igualmente distintas.

Compreendo que é no processo de socialização do ser humano que a cultura se constitui e, certamente, cultura e sociedade não estão separadas, portanto sociedades produzem culturas, as representam e as praticam. Sendo assim, o conceito de natureza expressa formas de conceber a natureza, a partir de diferentes povos-sociedades-culturas.

Na cultura ocidental, que é forjada e dá sustentação ao modo de produção capitalista, a concepção de natureza é externa ao ser humano. Mesmo que a Biologia ensine que nós, homens e mulheres, somos seres biológicos e, portanto, seres naturais, conceituamos e visualizamos a natureza como algo separado de nós. Esta é uma construção filosófica, que faz sentido, no contexto histórico do mundo ocidental. A natureza, concebida como separada do ser humano, foi assim construída, para que se tornasse mais fácil explorá-la e/ou dominá-la.

Tal natureza, externa, é constituída por algo que nós, da Geografia e da Ecologia, chamamos de mundo biótico e abiótico. Este mundo exclui o ser humano ou, por vezes, o inclui, mas

como um ser biológico.

Em nossa sociedade/cultura, vive-se nessa dualidade, em que, ao mesmo tempo, reconhecemo-nos, enquanto natureza, mas a concebemos como diferente de nós.

Temos exemplos em nosso próprio território. No Brasil, há sociedades, como as indígenas, nas quais a concepção de cultura é outra. É interessante observar os movimentos sociais na América Latina e a defesa de seus territórios. Nestes movimentos, a dimensão da cultura e os sentidos da natureza estão fazendo a diferença no embate político.

9 AMBIENTE E O VÍNCULO COM O TERRITÓRIO

O vínculo da natureza com o território é mediado pelo trabalho, no contexto dos diferentes processos sociais. Diante disto, para compreender esse vínculo, somos levados a um diálogo interdisciplinar. Alier (2007), autor a que já nos referimos, ao construir sua análise sobre a economia política, promove uma aproximação com a Ecologia, referindo-se à “Ecologia dos pobres”. Ele evidencia as relações socioecológicas, ou seja, trabalha o ecológico no contexto da economia, demonstrando que existem três maneiras de refletir sobre tal questão, as quais estão centradas no discurso de valoração da natureza, atribuído a diferentes segmentos e/ou a diferentes atores sociais.

O autor identifica os seguintes grupos: os que insistem no predomínio do crescimento econômico e na necessidade de aliviar a pobreza, não, mediante a redistribuição da renda, mas com o crescimento a todo custo, incluindo, aqui, a exploração da natureza ao limite, vertente associada ao capitalismo contemporâneo ou, no campo político, ao neoliberalismo; os mais moderados, que demandam uma valoração das externalidades, em busca de uma internalização da natureza nos custos econômicos, a partir de uma valoração da natureza como valor de troca no processo de produção, ou seja, transformá-la, de forma mais ampliada, em mercadoria, que é a abordagem da Economia Ambiental; e há uma

terceira concepção econômica, que inclui os demais, que, sendo pobres e dispondo de pouco poder político, apelam para outras linguagens, dentro do debate ambiental, as quais dizem respeito ao discurso dos direitos humanos, dos direitos de viver no lugar, de ter os recursos para a sua sobrevivência, dimensão que Alier (2007) chama de “Ecologia dos pobres”.

Essa terceira perspectiva revela conflitos e tensões, que Alier (2007) expressa, através do que conceitua como conflitos ecológicos e econômicos distributivos. Como economista, tratando a questão ambiental, considera que vivemos, hoje, em circunstâncias, nas quais a maior parte dos problemas ambientais são conflitos pela apropriação de recursos, para uso ou para transformação em mercadoria. A ecologia dos pobres se vincula a uma perspectiva ecológica, reconhecida como Economia Ecológica.

É importante observar a diferença entre Economia Ecológica e Economia Ambiental, pois o discurso econômico, que incorpora a discussão ambiental, apresenta-se dessas duas formas. A Economia Ecológica diz respeito aos direitos humanos aos recursos, aos espaços. Desta forma, Alier, ao falar dos conflitos ecológicos distributivos, refere-se aos pobres, uma vez que estes estão mais implicados e são os que mais sofrem nesses conflitos. Assim, na Economia Ecológica, há o reconhecimento de que os grandes problemas ambientais, na maioria dos casos, são conflitos de apropriação e de exploração dos recursos naturais e de desterritorialização de populações locais. A Economia Ambiental é aquela que diz respeito à valoração da natureza no processo produtivo, tornando – se no limite mercadoria.

Os conflitos ecológicos distributivos não se dão fora do espaço, então, quando nos referimos a esses conflitos, é possível perceber uma relação intrínseca com o território ou com as territorialidades.

9.1 AMBIENTE E CONFLITOS TERRITORIAIS

Para abordar conflitos territoriais e ambiente, trago a reflexão de intelectuais latino-americanos sobre a questão ambiental. Falo de intelectuais, que se reúnem em torno da CLACSO e que constituem um grupo significativo de intelectuais, que busca um referencial para a compreensão dos problemas ambientais desse continente.

Esses intelectuais, entre eles, Alimonda (2009) e Escobar (2009), vão falar de *colonialidad* (colonialidade) contemporânea, que, para eles, consiste no seguinte: a América Latina, enquanto continente, foi historicamente apropriada dos seus recursos naturais, a partir dos processos de colonização portuguesa e espanhola e do extermínio de suas populações originárias. Para estes intelectuais, esse processo não mudou, ou seja, persiste uma *colonialidad*.

Nessa leitura, considerando a colonização da América Latina, a *colonialidad*, hoje, significa e demonstra que a geopolítica e as políticas econômicas, decorrentes das grandes corporações internacionais, ainda exploram nossos recursos naturais, não, num contexto de colonização e, sim, de *colonialidad*, porque se faz de outra forma:

[...] la persistente colonialidad que afecta a la naturaleza latinoamericana, la misma, tanto como realidad biofísica (su flora, su fauna, sus habitantes humanos, la biodiversidad de sus ecosistemas) como su configuración territorial (la dinámica sociocultural que articula significativamente esos ecosistemas y paisajes) aparece ante el pensamiento hegemónico global y ante las elites dominantes de la región como un espacio subalterno, que puede ser explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes. (ALIMANDA, 2009, p. 21)

Tal pensamento se expressa, ainda hoje, na América Latina, por isso usam esse conceito de *colonialidad*, uma vez que nossos recursos, a nossa diversidade e, inclusive, a nossa sociedade, são vistas, pelo poder hegemônico, como “subalternos” e, sendo subalternos, podem ser explorados em seus recursos naturais, no campo social, como do trabalho humano, e advogam que, ainda persistimos, com outra roupagem, como uma região ou como um continente colonizado.

Isto é um pouco da discussão feita pelos intelectuais e pelos cientistas sociais latino-americanos, em relação à questão ambiental. Há outra dimensão a considerar neste debate. O debate entre Escobar e Alier. Alier, como já referido, trata da economia, e vai falar dos conflitos ecológicos distributivos, do ponto de vista econômico, enquanto Escobar (2009), a partir de Alier (2007), assim se expressa:

[...] los conflictos de distribución ecológica” existen en el contexto de diferentes economías, culturas y formas de conocimiento, junto, obviamente, a los ecosistemas. En muchas partes, los grupos locales: se involucran en luchas en contra de las fuerzas translocales de diversos tipos para defender su lugar. No es fácil conceptualizar esta defensa en todas sus dimensiones, y ésta es una parte importante de la historia. ... la gente se moviliza en contra de los aspectos destructivos de la globalización desde la perspectiva de lo que ellos han sido y de lo que son en el presente: sujetos históricos de culturas, economías y ecologías particulares; productores particulares de conocimiento; compromiso de individuos y colectividades con el juego de vivir con los paisajes, con los seres vivos y no vivos, y de manera particular entre sí. (ESCOBAR, 2009, p. 77)

A discussão que está colocada, na qual Escobar concorda com Alier, é que existem problemas de exploração e de

degradação do ambiente, mas estes devem ser analisados de forma distinta, a partir de uma economia de perspectiva ecológica, porém, ao mesmo tempo, sugere que não se deva parar por aí.

Em Alimonda (2009), há outra dimensão a ser pensada, incorporada a esta perspectiva, que é a dimensão da cultura (SVAMPA, 2009). Para Svampa (2009), os conflitos que Alier chamou de ecológicos distributivos, não são, apenas, “econômico-ecológicos”, como diz Alier, mas, também, culturais.

[...] la ecología política que incorpore sistemáticamente lo económico, lo ecológico y lo cultural, definiendo este campo como el estudio de los conflictos distributivos económicos, ecológicos y culturales. Con esta definición, extendiendo la noción de ecología política propuesta por Joan Martínez Alier al campo de lo cultural. (SVAMPA, 2009, p. 43)

Reforça tal perspectiva analítica, hoje, na América Latina, uma forte tendência de interpretação, reconhecida como história ambiental-política. Esta leitura, inserida na perspectiva ou lógica da *colonialidad*, vai resgatar o processo de exploração dos países latino-americanos, desde a sua colonização antiga, até as formas atuais, como um processo de exploração de recursos, de extermínios de populações e de degradação da natureza (SUERTEGARAY, 2015, p. 135).

Colocados esses elementos e pensando do ponto de vista da Geografia, o que podemos concluir? Os conflitos ecológicos distributivos obviamente expressam conflitos econômicos, políticos e culturais nas relações sociais. Então, o circunscreve os conflitos territoriais? Em muitos lugares em conflito, como atuam os grupos locais? Eles se organizam para a luta por seus territórios ou por suas territorialidades, através de concepções, que dizem respeito a sua vida, a sua necessidade de recursos para viver ou, muitas vezes, para sobreviver. Mas, no embate com as forças

hegemônicas, que constituem um poder muito mais expressivo, esses grupos se utilizam de outra estratégia, que deriva da dimensão cultural, ou seja, é uma estratégia que evoca outra concepção de natureza, da forma como se veem, em relação à natureza, e da valoração dessa representação em suas vidas.

Tem-se, como exemplos, o embate do grande capital, em muitos países da América Latina, com a resistência dos indígenas. Na Colômbia e na Bolívia, eles muitas vezes resgatam, como forma de resistência, para não serem expropriados da terra e dos recursos, sua concepção de natureza. Lutam pelo seu território, a partir da defesa da *Pachamama*, a natureza-mãe, uma natureza que lhes fornece útero, que lhes acolhe e que lhes dá condição para viver, então, se a natureza é mãe, não se pode “matá-la, sacrificá-la”. Do ponto de vista da cultura indígena, não se mata (nem se degrada) a mãe natureza.

Essa representação ou entendimento sobre natureza, além de ser diferente da concepção vigente em nosso contexto social, é, para indígenas latinos, uma concepção cultural utilizada como estratégia política no embate das questões ambientais e na defesa de seus territórios. O quadro elaborado por Escobar (Figura 1) expressa o que poderia ser a Ecologia. A política da diferença. O autor faz uma categorização, demonstrando as diferentes construções e direcionamentos teóricos sobre as ações em disputa, no contexto atual.

Quadro 1 – A ecologia política da diferença: conflitos de distribuição econômica, ecológica e cultural

Contexto/ processo histórico	Conceito/ problema	Teoria/ resposta Acadêmica	Intelectual/ projeto Acadêmico	Social/ respostas políticas
Capitalismo global	Distribuição econômica Negação da diferença econômica	Internalização das externalidades. Economia Ambiental	Desenvolvimento sustentável capitalista	Colonialidade do meio ambiente
Ciência e tecnologia redirecionadas	Distribuição ecológica (negação dos processos ecológicos)	Relevância da impossibilidade de mediação entre a economia e a ecologia moderna (política, economia e ecologia)	Necessidade de reiterar a economia na sociedade e nos ecossistemas	Lutas sobre o meio ambiente como fonte de sustento Preocupação com o meio ambiente dos pobres
Modernidade/colonialidade. Sistema do mundo moderno colonial	Distribuição cultural (negação da distribuição cultural)	Relevância da impossibilidade de mediação da economia (moderna) e da Ecologia Política, política dos lugares. Políticas de articulação, descolonialidade	Necessidade de reiterar a economia na sociedade, nos ecossistemas e na cultura	Lutas, a partir do lugar, pela valorização das diferenças econômica, ecológica e cultural Movimento sociais em rede Autonomia, contra-hegemonia. Projetos descoloniais

Fonte: Escobar, 2009, p. 77 (em tradução livre)

A leitura do quadro nos permite perceber, por exemplo, diferentes maneiras de viver, de perceber e de construir perspectivas ambientais. O autor vai apresentar o contexto e algumas questões, que, por sua vez, resultam em reflexões e em ações sociais. Na primeira linha do quadro, é indicado que: para o capitalismo global, o que prevalece não é, necessariamente, o interesse por uma distribuição econômica igualitária. Com isso, o que o capitalismo promove é a negação da desigualdade de distribuição de renda e, ao mesmo tempo, busca homogeneizar a expansão do capital.

Na resposta acadêmica, ou seja, na discussão nas universidades e nas ações que os intelectuais desencadeiam nessa perspectiva, trata-se da internalização da natureza e isso é definido como a economia do meio ambiente ou Economia Ambiental. Neste contexto, qual é o discurso dos intelectuais e dos projetos políticos? Os discursos associados a essas perspectivas são os que vão falar do desenvolvimento sustentável, ou “*Desarrollo sostenible*” para os latinos de fala espanhola e, por fim, no campo social, as respostas políticas à proposta dizem respeito à governabilidade do meio ambiente, à regulação do ambiente.

A segunda categoria do quadro está vinculada ao contexto atual de desenvolvimento da tecnologia e das inovações. Nesta dimensão, as intenções são de prevenir e de manter a distribuição ecológica, via reconstituição tecnológica da natureza e, ao mesmo tempo, de negar a possibilidade de valoração monetária dos processos ecológicos, enquanto processos naturais. Do ponto de vista teórico, essa proposta discute a impossibilidade de medir ou valorar serviços ambientais. Enquanto, no primeiro exemplo, o que se deseja é atribuir valor/preço à natureza, a segunda perspectiva indica a impossibilidade de aferir esse valor. Assim, não sendo possível atribuir valor à natureza, a proposta é de uma economia que ande junto com a ecológica, ou que se utilize da natureza, mas,

não necessariamente, valorando-a economicamente, mas, extraíndo, digamos, o desejável, o necessário, trabalhando, agindo “harmoniosamente” sobre a natureza, permitindo que esta possa se reconstituir, ou manter a capacidade de resiliência, reconstituir-se e permanecer para as gerações futuras. É nessa perspectiva que se estrutura, em parte, a relação econômica-ecológica, que Alier denomina de “Ecologia dos obres”.

E, por último, a dimensão latina, que é a dimensão da modernidade colonial ou da *colonialid*, em que o centro da questão está vinculado à questão cultural e à perspectiva de apropriação desses territórios, por conta dos recursos neles contidos. Do ponto de vista teórico, são trazidos ao debate a relevância e a impossibilidade da mediação entre a economia moderna e a pluralidade cultural ecológica dos povos.

Nesta proposição, não há como compatibilizar economia e ecologia, então há a necessidade de introduzir a economia na sociedade, nos ecossistemas e nas culturas dos povos. Isto implica refletir sobre a sociedade capitalista e sobre suas relações sociais e abrir espaço, para a construção de uma outra sociedade, na qual cada povo, cada territorialidade específica, tenha autonomia, para gerir seus recursos para si, com tecnologia própria, para seu benefício. Tal corresponde ao que está sendo construído, como resposta política e social, nas lutas sociais pelo lugar, nas lutas centradas nas diferenciações econômica, ecológica e cultural, nos movimentos sociais, nas redes sociais, na autonomia, na contra-hegemonia e nos processos de descolonização.

A partir da Geografia, o exercício proposto é o de refletir sobre as seguintes questões: de qual “ambiente” estamos falando?; a partir de onde estamos falando?; fazemos pesquisa como?; fazemos pesquisa para quê?; fazemos pesquisa para quem?; ou, ainda, fazemos pesquisa com quem?

As dimensões trazidas aqui dão um pouco da clareza ao

que está posto e do que, às vezes, não nos damos conta. Tomemos um exemplo: o conceito de “desenvolvimento sustentável” é usado por “praticamente todo o mundo”; em todos os projetos, exige-se, em sua construção, trabalhar com a perspectiva de desenvolvimento sustentável! Trabalhar nesta perspectiva acarreta implicações teóricas e políticas.

Assim, ao nos referirmos a ambiente e a território, é preciso reconhecer outra dimensão envolvida nos conflitos ambientais: a dimensão cultural. Já nos anos 1970, Moscovici (2007), um dos primeiros defensores e envolvidos no movimento ecológico, num debate com um antropólogo, que conhecia, em parte, as sociedades indígenas na América Latina, dizia, referindo-se à questão do “ecocídio”: toda destruição da natureza é acompanhada por uma destruição da cultura, isto é, todo ecocídio é, em certo aspecto, um etnocídio.

Moscovici revela que, ao se defender a natureza, não se defendia, necessariamente, as pessoas que viviam em determinados territórios ou as territorialidades dessas pessoas. Compreendeu que se destruí a natureza e, ao mesmo tempo, destruíam-se grupos humanos, dos quais a experiência brasileira é muito grande, como no caso da Amazônia. Na Amazônia ou, mesmo, em outros espaços do território brasileiro, quando se destrói a floresta, não se destrói só a natureza, desconstrói-se todo um modo de viver de indígenas, de ribeirinhos, de extrativistas.

Para adentrar um pouco na questão do território e das territorialidades, chegamos à pergunta: qual a importância de agregar cultura à questão do ambiente e às questões territoriais? Escobar (2009) defende esta proposição no contexto latino-americano:

Hay un valor agregado al incluir lo cultural, la neutralización de la tendencia que se atribuye a la importancia predeterminada de la economía o de la ecología, dependiendo

del gusto del investigador. En otras palabras, las crisis económicas son crisis ecológicas y crisis culturales. Es importante no separar estas tres áreas, y dejar que se compenetren entre ellas. (ESCOBAR, 2009, p. 75)

Nesta referência, Escobar introduz, na análise ambiental, a cultura, e neutraliza o debate entre economia e ecologia (como degradação da natureza), demonstrando que há outras dimensões a serem consideradas, como a cultura, por exemplo. Do ponto de vista da Geografia, essas formas de expressar o ambiental tratam de conflitos em diferentes processos de territorialização, ou seja, representam processos sociais na escala da nação e processos na escala dos lugares em conflito. Tais conflitos envolvem valor e poder, em relação ao uso dos recursos naturais. A forma como se dá o embate do poder, muitas vezes, é diferenciada (ou quase sempre o é), dependendo das estratégias, mas são embates pelo poder, então expressam o político no território como expressão dos conflitos.

No campo da Geografia, os conflitos ambientais são, sobretudo, conflitos políticos por apropriação ou por exploração da natureza. Estes se revelam em processos de territorialização/desterritorialização. Em sendo assim, trata-se de pensar o ambiente, no contexto do território, de territórios nacionais (escala da nação) ou em territorialidades, quando se reivindicam territorialidades originárias e locais. As lutas, os conflitos, são desiguais e, enquanto os detentores de capital lutam pela apropriação e pela exploração dos recursos como mercadoria, populações, grupos ou classes sociais subalternas lutam pelo uso do recurso pela sua sobrevivência e pela natureza como habitat.

Enfim, entendo que a questão ambiental é uma questão territorial, que é uma expressão da política e de suas ações nos diferentes lugares. Escobar (2009) fala dos embates dos diferentes grupos indígenas, em relação aos grandes empreendimentos, e fala

do lugar, compreendendo que podemos refletir, a partir do lugar, enquanto identidade, e utilizar essa força no confronto com as forças globais. Para o autor, é a resistência do lugar, como provindo da identidade cultural, que permite pensar a resistência.

Pensando nas possibilidades de interpretação na Geografia, considero que os conceitos de territorialidade ou de território são aqueles que melhor expressam e que melhor dimensionam a problemática ambiental, posto que envolvem o político, o econômico, o cultural e a natureza, sem os quais não se compreende a totalidade.

10 O CONSTRUTO AMBIENTAL A NATUREZA DA NATUREZA, O TERRITÓRIO DA NATUREZA E A NATUREZA DO TERRITÓRIO

Serres (2011), ao tratar da apropriação da natureza pelo capital, expressa uma visão singular. Este autor/filósofo, em seu livro *O mal limpo – poluir para se apropriar*, argumenta que a demarcação territorial (posse) é uma característica do humano (animal biológico). Nesse sentido, entende que os animais e que a humanidade (arraigada na sua dimensão biológica) poluem para se apropriar, ainda que esta “poluição” se dê de forma diferente entre a natureza dos animais e a do ser humano, ao longo da História.

A sociedade humana, na sua contínua apropriação da natureza e na transformação de seu valor de uso em valor de troca, induz e incrementa a poluição. Assim, para este autor, o sujo é o território do capital e o limpo é o mal, pois este é o espaço democrático, ao qual todos têm acesso.

8. A construção que resgata a natureza da natureza, o território da natureza e a natureza do território iniciou de forma implícita na tese de doutorado. Ao longo do tempo, esta vai se tornando mais explícita, para, finalmente, tomar essa conformação interpretativa mais recentemente, a partir do diálogo com De Paula (2018), quando da construção de sua tese. Este diálogo permitiu o aprofundamento da concepção de ambiente, expressa, num primeiro momento, em texto elaborado em coautoria por De Paula e por Suertegaray, em 2018.

Por analogia, podemos interpretar que a natureza da natureza é demarcar territórios, através de processos peculiares, incluindo, aqui, os do ser humano. Ao se referir à demarcação natural, o autor dá exemplo de práticas de animais e de humanos nesta configuração.

Para transpor essa compreensão para a pesca artesanal brasileira, De Paula e Suertegaray (2018), a partir da tese de De Paula (2018), expressam o “limpo” como constituinte dos territórios e das territorialidades tradicionais das comunidades de pescadores artesanais. Já a expressão “sujo” é tomada como o território da modernização, considerada em três faces: a degradação, a sobre-exploração e a restrição ao acesso e à expropriação da terra (De Paula, 2018).

Serres (2011) distingue dois tipos de poluição: a poluição dura e a suave. Poluição dura seria representada por todos os tipos de resíduos despejados nos diferentes lugares. Poluição suave seria a invasão “pestilenta dos espaços por signos” (Serres, 2011, p. 59). Ressalta-se que, para discutir as faces da modernização (do sujo) na pesca artesanal brasileira, De Paula (2018) apresenta três correlações entre os conceitos de ambiente e de território: os impactos ambientais, as disputas no território e os conflitos por território.

Os impactos ambientais dialogam com a ideia de poluição dura, pois pressupõem um intenso processo de transformação do ambiente, que impossibilita a continuidade do seu uso, no caso, para a pesca.

Já as disputas no território e os conflitos por território dialogam com a ideia de poluição suave (pestilenta), uma vez que tratam do avanço de outras atividades econômicas, seja disputando os recursos do território, seja buscando o domínio deste, quase sempre, utilizando-se de símbolos, que promovem a desconstrução da vida de povos tradicionais, muito embora, em ambos os casos,

o paradigma da modernização se estabeleça, por meio de signos, que descaracterizam o território tradicional.

A contradição revelada, quando da apropriação da natureza pelo trabalho humano, pode se expressar pelas dimensões materiais e imateriais (simbólicas), ou seja, apropria-se da natureza como recurso material ou simbólico, como da água para consumo ou das paisagens pelo turismo, por exemplo.

Esta apropriação, na medida de sua contradição, gera impactos, disputas e conflitos de diferentes ordens, que se verificam nas comunidades de pescadores. Ao mesmo tempo, dialeticamente, promove uma ruptura metabólica nestas comunidades, na medida em que tais disputas geram uma pressão e, por vezes, o abandono de seus espaços de abrigo e de sustentação.

De Paula (2018) encaminha esta reflexão, ao pensar o ambiente, sobretudo, a partir da Geografia. Para isso, parte do entendimento de que esta ciência apresenta estratégias de compreensão das consequências do avanço dos territórios da modernização, que são diferentes daquelas estabelecidas pelas ciências naturais. No caso dos impactos ambientais, considera sua repercussão sobre as comunidades, que dependem dos recursos locais.

Quanto às disputas no território, enaltece a necessidade de se manter os recursos em situação de equilíbrio, para que os pescadores tenham na sua perenidade a reprodução de seus modos de viver, associados ao seu uso. Nos conflitos por território, expõe tensões, que colocam, de um lado, comunidades que promovem serviços ambientais, e que possibilitaram a permanência do ambiente em situação de equilíbrio, atendendo as suas necessidades, e, de outro lado, as atividades econômicas, que veem o ambiente (sobretudo, pelo potencial paisagístico) como potencialidade para o avanço do capital.

É estabelecido, aqui, um diálogo entre a proposta de compreensão das faces da modernização (De Paula, 2018) e da metáfora do sujo-limpo (Serres, 2011), para discutir a questão ambiental na Geografia, a associação ambiente e território, e para demonstrar uma concepção de ambiente, que se expõe em impactos ambientais, em disputas no território e em conflitos por territórios.

Territórios e territorialidades tradicionais: o limpo, retomando a metáfora de Serres (2011), corresponderia, na análise de De Paula (2018), aos territórios das comunidades tradicionais de pescadores artesanais. Na compreensão do limpo, foram destacados estágios da territorialização dos pescadores, que expõem alterações, no que se refere ao acesso, bem como à compreensão das relações de poder, vinculadas ao prestígio, conformando um território. Logo, tais territórios e tais territorialidades expressam uma relação metabólica, conceito presente em Marx, segundo Foster (2005). Este metabolismo não separa conhecimentos de práticas, característica das comunidades tradicionais Raffestin; Bresso, 1982).

Ressalta-se que o limpo, expresso no território tradicional, muito se deve ao seu metabolismo com a natureza:

Portanto, o metabolismo, como conceito unificador do homem com a natureza, ao mesmo tempo, se constitui, pelo seu rompimento, o processo que separa o homem da natureza, gradativamente, no decorrer da história. Este movimento nos parece ainda visível, certamente, na sociedade contemporânea, manifesto na valoração da natureza, enquanto valor de uso e valor de troca tensionada pelas formas atuais de apropriação de territórios, recursos, capital e trabalho, acumulação/consumismo e sobrevivência. (SUERTEGARAY, 2017, p. 165)

Em diálogo com Moscovici (1968), Raffestin enfatiza que não existe uma única “História” humana, da mesma maneira que não existe uma, mas muitas, classificações de objetos naturais, que são expressões culturais das relações humanas com a exterioridade (Raffestin, 1996). Esta relação com a natureza é sempre de uso e, não, de conhecer por si. Assim, revela-se a técnica, mas a intenção é sempre associada a um sistema cultural, logo não há conhecimento puro, que esteja completamente separado de qualquer preocupação utilitária (Raffestin, 1996, p. 39). Dessa forma, a natureza como ideia é uma criação humana.

Nas sociedades tradicionais, conhecimentos e práticas se confundem na vida cotidiana, que é lugar da reprodução da vida. Assim, na vida cotidiana, a apropriação é feita, por meio de tentativas repetidas, marcadas por falhas e por sucessos, em relação ao objetivo. A partir destes testes repetidos e de sua adequação ou inadequação aos objetivos, é desenhada, memorizada, acumulada e transmitida uma experiência: a tradição (Raffestin; Bresso, 1982).

Na tradição, a “prática” é atualizada como “conhecimento”, que garante a potencialidade da coerência, tanto na *physio-logique* quanto na *éco-logique* e na *socio-logique*. Vive-se tal prática nas tradições do corpo, da natureza e da sociedade, as quais alimentaram a ação, como trabalho (Raffestin, Bresso, 1982). Dessa forma, a mobilização da tradição, por meio do trabalho, está intimamente ligada às condições determinadas pela eco-lógica e pela socio-lógica de determinados lugar e tempo.

As sociedades e o conhecimento tradicional e/ou originário revelam a permanência do metabolismo ser humano x meio, sociedade x natureza, permitindo, com base neste argumento, que seja feita a distinção entre meio, conforme já indicamos, anteriormente, um todo orgânico e funcional, e ambiente, como um produto da ruptura do metabolismo.

A expressão desse metabolismo sugere uma relação orgânica com a natureza, em que a “tradição prática” e o conhecimento garantem a unidade da natureza “universal”. Trata-se do que denominamos território da natureza.

Em contraste, na Modernidade pura, há a combinação de conhecimentos e de práticas totalmente novas. A Modernidade pura ocupa um lugar cada vez maior, infiltra todos os lugares, substitui tudo. Por isso, deve-se retornar às noções de informação funcional e de informação regulatória. A informação funcional é tudo o que é usado para produzir algo (objetivo a ser alcançado) e a informação funcional está concentrada na produtividade e no custo da saída, embora o processo de produção implique relações com o outro (ambiente físico e humano, orgânico e inorgânico), isto é, relações que podem ser mais ou menos destrutivas ao outro (Raffestin; Bresso, 1982).

No entendimento destes autores, no contexto tradicional, há estabilidade nas territorialidades. Quando esta territorialidade é destruída, isto se traduz em toda uma desestabilização do cotidiano, até que se estabeleça um novo “equilíbrio”. Como conhecimentos e práticas se confundem, o processo de constituição de novas práticas é mais lento, tendo em vista que se trata mais do resultado de adaptações de longo prazo do que de respostas de curto prazo a mudanças na rede de relações subjacentes à cotidianidade (Raffestin, Bresso, 1982).

Raffestin (1986) entende que, entre os extrativistas, existe uma estreita relação entre autonomia e território. Assim, a ecogênese territorial integra imediatamente as noções de limite e de centralidade nos locais de coleta e de circulação. Logo, a delimitação, a centralização e a comunicação são o cerne dos processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização (Raffestin, 1986, p. 182).

Ressalta-se que os extrativistas têm os meios de produção

suficientes para satisfazer as suas necessidades materiais, por isso o território é delimitado por sinais, que constituem a reserva natural. Quando os limites não são respeitados por pessoas de fora do território ou quando parte do território não está acessível ao grupo, a crise se estabelece. A perda de autonomia resulta em um desequilíbrio, que pode chegar ao desaparecimento do grupo em questão (Raffestin, 1986c, p. 78). Dessa forma, entende-se que a autonomia depende da manutenção da reserva no território.

Na apropriação, parte-se de um quadro de natureza (Moscovici, 1968), que não se expressa no território. Neste, os pescadores artesanais fazem uso dos recursos do ambiente, por meio do saber ambiental (Leff, 2007), que, por sua vez, incita ao manejo, mas sem concorrências entre eles.

Este estágio zero da ecogênese territorial corresponde à primazia das relações com a natureza sobre as relações sociais de uso do ambiente, o que em Suertegaray (2002) é denominado “território da natureza”. Neste estágio, as territorialidades se expressam, a partir do conhecimento que se estabelece sobre o espaço para o acesso aos recursos. Assim, relacionam-se condições ambientais com artes de pesca (técnicas e apetrechos). A estratégia de apropriação que se manifesta é o saber, que é compartilhado na comunidade.

Nesse momento, o território tradicional não se expressa como uma malha delimitada; as redes ligam os nós das áreas de pesca com os das áreas de moradia de forma fluida, muito influenciadas pelas dinâmicas da natureza (onde está o peixe). Contudo, a proximidade entre as áreas de moradia e de pesca constitui uma característica, pois condições de navegação são limitadas.

No segundo estágio que se visualiza, devido às condições naturais ou de uso, os recursos ambientais não estão tão acessíveis. Isto incita a uma busca maior por recursos ambientais, e os

saberes de localização e de técnica de obtenção se constituem em poder. Contudo, no âmbito da comunidade, o poder não implica domínio, pois o saber é compartilhado, mediante acordos verbais de uso. Sob a perspectiva relacional, este poder é fluxo; um processo de comunicação bem-sucedido, a partir de objetivos comuns (Raffestin; Barampama, 1998). Neste momento, os pesqueiros se constituem em territorialidades. Este corresponde a um estágio, em que as informações funcionais e regulatórias se combinam (Raffestin, 1996).

Entende-se que há soberania da comunidade, pois se mantém o tempo da produção, correspondente ao tempo do consumo (Tapia, 2008). Nesse momento, a área que constitui arranjo territorial já pode ser mais bem identificada. Os nós, que constituem os pesqueiros tradicionais, são ligados por redes (conhecidas, no âmbito comunitário), e estão relacionados com o nó do espaço de moradia. Nesse sentido, é importante destacar a importância da rede como resultado de um saber, que incita a regras de uso.

O terceiro estágio corresponde ao contexto, em que, devido à redução dos recursos pesqueiros e/ou à pressão pelo aumento da produção, os saberes, que proporcionavam o uso comum, convertem-se em estratégias de apropriação e de domínio (expressando a redução do território limpo). Neste cenário, são estabelecidas disputas por recursos, que podem resultar em impactos e em conflitos, nos âmbitos da comunidade ou intercomunitário.

O poder se apresenta como atributo, adquirido, mantido e perdido, por intermédio de atores (Raffestin; Barampama, 1998). Realiza-se o que Suertegaray (2002) entende como “a natureza do território”, pois as relações de poder se impõem sobre os saberes e sobre as relações sociais/comunitárias. No âmbito da comunidade, as tensões são decorrentes do desrespeito

às regras estabelecidas, evidenciando fissuras e a erosão do conhecimento tradicional.

Entre comunidades, frequentemente há a reivindicação do direito de uso exclusivo do território, estabelecendo limites, bem como estratégias de manutenção destes limites. No âmbito da sociedade pesqueira, há cisões entre comunidades, que comprometem a articulação entre as mesmas, a partir de objetivos comuns. Observa-se, neste momento, a expressão do que Marx denominou falha metabólica.

Na essência desses conflitos está aquilo que se constitui, na lógica dialética de Marx, segundo Foster (2010), a base para um possível entendimento da questão ambiental, ou seja, o conceito de metabolismo, entendido como o processo pelo qual o ser humano, através de suas ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza (Suertegaray, 2017, p. 201).

Ao rompimento desta relação orgânica, Marx denominou de falha metabólica. Tal conceito de falha metabólica constitui a essência da compreensão da separação do homem da natureza e sua progressiva alienação. (Suertegaray, 2017, p. 165)

Cabe compreender, sempre, os acréscimos culturais, decorrentes de momentos de transgressão, que destacam as normas, ligadas à interdição. Em outras palavras, em toda a territorialidade, funciona uma dialética de “proibição e transgressão, interdição e violação, normas e falta de respeito” (Raffestin, 2012). E a transgressão leva à noção de limite:

Le miroir de ces traditions a presque toujours été le travail dans lequel se concentraient les capacités et les habiletés consacrées par “l’expérience”. Le travail était non seulement miroir de la tradition mais encore metteur en scène de cette expérience. Dans ces conditions, le travail était essentiellement de reproduction, encadré par un apprentissage long, il était ensuite

restitué dans des limites fixées, finalement assez étroites. Médiateur originel, le travail reflétait également la territorialité, c'est-à-dire le réseau de relations qui pouvait être tissé avec les êtres et les choses; le travail à travers son organisation assurait la cohérence de la totalité. (Raffestin; Bresso, 1982, p. 128)

Nesse estágio, as disputas intensas pelos nós (pesqueiros) fazem com que estes sejam mais raros. Igualmente, o saber sobre sua localização constitui um poder, que nem sempre é partilhado, mesmo, no âmbito comunitário. Em alguns contextos, são estabelecidas estratégias, para se dificultar o acesso a esses nós. Frente às disputas entre comunidades, a malha, que corresponde ao território comunitário, é cada vez mais definida, estabelecendo distinções ao acesso de quem está dentro e de quem está fora.

Destaca-se que, na pesca artesanal brasileira, esses estágios coexistem, dependendo das condições ambientais dos corpos d'água, da presença de recursos pesqueiros, do número de pescadores e da coesão social, entre outros fatores. Observa-se, no estágio atual, a tentativa de retorno ao segundo estágio apresentado, contudo, para além das tensões territoriais existentes na pesca, acrescentam-se a influência das instituições do Estado e o avanço de atividades econômicas sobre o território tradicional.

As territorialidades da pesca artesanal são evidentes, no âmbito das comunidades, e integram as áreas de pesca e os recursos utilizados nas pescarias, abrangendo pesqueiros, matas, manguezais, ranchos de pesca, locais de beneficiamento etc. O poder se expressa no saber, que é compartilhado entre os comunitários, por meio de conhecimentos tradicionais, que suscitam práticas de uso. A informação, inerente a este saber, é funcional e regulatória, logo ocorre o manejo, por meio de acordos, que são elaborados na pesca e no cotidiano.

Essas territorialidades são fluidas, conectadas por trajetos, por canais, por varadouros, etc. Estas mudam, de acordo com a dinâmica da natureza e com o movimento dos cardumes. No arranjo territorial, as áreas terrestres, de trabalho, de moradias e de vivência também compõem territorialidades e ocupam o papel de centralidade (De Paula, 2018).

O território comunitário é substantivado pelas territorialidades tradicionais, pela terra e pela água, pelas áreas da comunidade e dos pescadores, e se caracteriza pelo estabelecimento de relações simétricas de poder (prestígio). A sustentação deste território se dá, por meio de um processo comunicacional, que mobiliza todos os atores, os quais dependem, em certo grau, dos recursos locais (da reserva) para a sua manutenção.

Assim, a partir da coesão social, estabelecem-se acordos, normas, processos de monitoramento e sanções, construídos nos âmbitos comunitário e intercomunitário, em processos democráticos participativos (informação funcional e regulatória).

Nestas circunstâncias, o território expressa as relações comunitárias e com a natureza, sendo fundamental nas reproduções social, cultural e econômica das comunidades (De Paula, 2018). Contudo, na medida em que a reserva (recursos locais) é ameaçada e que os acordos passam a ser descumpridos, o território tradicional se transforma. Nesse sentido, os saberes tradicionais, que permitem identificar áreas mais piscosas (informações funcionais), não são mais compartilhados, frente ao declínio do respeito às normas de uso (informações regulatórias), que resultam em sobre-exploração.

O poder, expresso nos conhecimentos sobre a localização e sobre o uso dos pescadores (reserva), passa a ser domínio de determinadas comunidades ou grupos, que também estabelecem estratégias próprias de manutenção.

Destaca-se que a falha metabólica na constituição dos territórios tradicionais (limpos) decorre, no exemplo trazido da pesca, da redução dos recursos. No entanto, isto não se deve, somente, à pesca artesanal, mas, também, ao avanço da modernização (território sujo). Dessa forma, a redução do território “limpo” se dá pelo avanço do território “sujo” (avanço da modernização sobre os territórios tradicionais) e pela redução do território “limpo” (com a erosão de vínculos sociais, restringindo o acesso e limitando a participação).

10.1 TERRITÓRIO DA MODERNIZAÇÃO O SUJO – A NATUREZA DO TERRITÓRIO

Bruno Latour (1994), na introdução de *Jamais fomos modernos*, entende que as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem como contraste a um passado arcaico e estável. Estão no centro de um embate, em que se estabelecem ganhadores e perdedores. O moderno indica uma ruptura na passagem regular do tempo, um combate, em que há vencedores e vencidos. Isto supõe uma flecha irreversível do tempo e atribui um prêmio aos vencedores: “Nas inúmeras discussões entre os antigos e os modernos, ambos têm, atualmente, igual número de vitórias, e nada mais nos permite dizer se as revoluções dão cabo dos antigos regimes ou os aperfeiçoam” (Latour, 1994, p. 15).

Na Modernidade, a natureza foi compreendida, seja pela cultura, seja pela política, seja pela economia, como externa ao ser humano, sendo, esta, a representação que substituiu o entendimento do mundo como orgânico (antigo). Assim, a “leitura de nossa base filosófico-científica se inscreve na necessidade atual de decifrar um mundo extremamente complexo, no qual, sob muitos aspectos, a natureza não é natural” (Suertergaray, 2009, p. 20).

Milton Santos (2006) compreende que a natureza é socialmente construída e aponta que a natureza artificializada é uma característica da atualidade, do meio técnico-científico-informacional.

Faz-se necessário, então, pensar questões ambientais em sua expressão territorial. Nesse sentido, Alimonda busca ampliar a ecologia política:

La ecología política que incorpore sistemáticamente lo económico, lo ecológico y lo cultural, definiendo este campo como el estudio de los conflictos distributivos económicos, ecológicos y culturales. Con esta definición, extendiendo la noción de ecología política propuesta por Joan Martínez Alier al campo de lo cultural (2005b: 17). (Alimonda, 2009, p. 43)

Raffestin e Bresso (1982) acrescentam o fenômeno da convergência entre o princípio da modernidade e a atitude técnica, pela junção da ciência e da tecnologia, que modificará a vida cotidiana e a territorialidade. Num primeiro momento, a tradição não deixou de inspirar a vida cotidiana, como um todo, e o princípio da Modernidade se expressava, apenas, em espaços limitados. No entanto, pelo avanço da técnica, a divisão mencionada é irreversível e não vai parar de investir, gradualmente, sobre todo o corpo social (Raffestin; Bresso, 1982, p. 190).

A crise atual, que, em vários graus, afeta o físico, o eco e o socio-lógico, demonstra que a pura Modernidade privilegia o resultado, em detrimento do processo. A falta da informação regulatória ameaça as três lógicas, pela falta de controle dos processos envolvidos. A permanência de certas sociedades tradicionais só pode ser explicada pela presença simultânea de informação funcional e de informação regulatória nos processos que iniciam para satisfazerem suas necessidades. Por outro lado, a fragilidade da sociedade moderna se explica pelo privilégio

concedido às informações funcionais sobre as informações regulatórias (Raffestin; Bresso 1982, p. 190).

Quanto à expressão do avanço da modernização sobre os territórios tradicionais, retoma-se a compreensão de Serres (2011) acerca da “poluição dura”: as questões e as aflições motivadas pelo meio ambiente se veem, hoje, quase exclusivamente tratadas por medidas e proporções estatísticas, por levantamentos de dados geológicos e atmosféricos, por análises químicas e por estimativas biológicas ou de história natural (Serres, 2011, p. 57-58).

Por outro lado, sobre a “poluição suave”, este autor observa que a invasão pestilenta do espaço por signos suaves não entra nos cálculos físico-químicos, citados anteriormente, como os do clima, por exemplo; mas, associada à outra, ela se junta, se procurarmos, em retrospectiva, à mesma intenção (Serres, 2011, p. 59). A Modernidade pura está repleta de perigos, pois, para se libertar das restrições estabelecidas pela sociedade tradicional, criou proibições absolutas.

As ideias de crescimento e de poder, que eram noções relativas nas sociedades tradicionais, tornaram-se praticamente absolutas nas sociedades modernas. A Modernidade se mobiliza pelas noções de crescimento e de poder, logo dá uma importância excessiva à informação funcional, mas pouca atenção às informações regulatórias, que podem questionar as escolhas feitas por esse ou por aquele repositório imaginário (Raffestin; Bresso, 1982, p. 191).

As informações são fundamentais para todas as políticas e determinam os processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização das sociedades. A nova lógica informacional é responsável pela distribuição e pela mobilidade dos trabalhadores e do capital, logo a informação é limitada; o que importa é a rede para se comunicar e para divulgá-la. A teoria da comunicação, na atualidade, organiza o sistema territorial e o

processo territorialização-desterritorialização- reterritorialização, por meio do qual é possível adquirir, perder ou recuperar autonomia (Raffestin, 1986c, p. 84).

Contudo, quando se estabelece um território sobre essas territorialidades, a partir de uma regulação, que é externa à comunidade, não há mais coerência entre território e territorialidades, e se estabelecem impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território.

Nesse sentido, a ecogênese do território de luta se inicia, quando surge a necessidade de se delimitar o território, como condição para a permanência do arranjo territorial da comunidade tradicional. O território de luta (De Paula, 2018) se constitui em reação ao avanço do “sujo”, do território da modernização, sobre os territórios tradicionais. Então, luta-se pelo “limpo”, buscando-se garantir o direito ao acesso e o reestabelecimento da gestão comunitária do território tradicional.

Chega-se, assim, ao momento de se compreender as mudanças no território, provocadas por atores, que não fazem parte da dinâmica territorial tradicional. Estes atores estabelecem processos, que são alheios ao território, pois estão ligados a redes informacionais, com centros de decisão distantes do local. O território de luta é, dessa forma, o território da resistência e da (re)existência, ou seja, além de permanecerem no território – em condições, muitas vezes, de violência –, as comunidades de pescadores se reinventam, para reivindicar as políticas dos povos e das comunidades tradicionais. Estas estratégias e estes contextos de luta se evidenciam, em todo o Brasil, e, inclusive, são observáveis nos trabalhos dos geógrafos sobre a pesca artesanal.

Destaca-se que, enquanto o território pesqueiro se substantifica em um processo de constituição de territorialidades e de comunicação intra e intercomunitária, o território de luta é uma reação a impactos ambientais, a disputas no território e a conflitos

por território promovidos, prioritariamente, por atores externos às comunidades (muitas vezes, ligados a redes globais). Enquanto o território tradicional se estabelece em condições simétricas de poder, o território de luta se evidencia nas relações assimétricas e dessimétricas de poder, expondo um contexto de fascismo territorial (Santos, 2007).

Entende-se que outras atividades econômicas também causam influências sobre a pesca e sobre os pescadores, inclusive, a erosão de saberes tradicionais e o rompimento de vínculos comunitários. O território de luta tende a reestabelecer estes vínculos, pois a união para a luta exige um processo comunicacional, que se estabelece, com base em objetivos comuns, que, neste caso, buscam a viabilização da manutenção da pesca e do modo de viver. Por isso, tendem a conformar instituições fortes, que irão influenciar as gestões comunitária e compartilhada do território.

Assim, o território pesqueiro é, cada vez mais, político, no sentido de que promove espaços, para estabelecer a governança. No processo de (re)existência, em que se deu a luta, diversas práticas culturais das comunidades são resgatadas. Isto também contribui com a coesão comunitária e com o estabelecimento de vínculos com o território/ambiente conquistado. Dessa forma, o território de luta pode ser o caminho para o reestabelecimento do território pesqueiro tradicional.

A modernização deve ser concebida, cientificamente, como um híbrido das ações do Estado e da grande empresa, em que há disputa entre o presente e o futuro. Norbert Elias, citado por Silva (2017, p. 250), aponta que, para o processo modernizador se impor, este nega a história dos lugares, dos sujeitos sociais, da tradição, da cultura e da economia locais. Silva (2017, p. 251) complementa, observando que, nesse “processo modernizador, em diferentes contextos no Brasil, subjuga sujeitos sociais na sua

dimensão socioespacial multicultural, como é o caso dos pescadores artesanais”.

Nesse sentido, as resistências adquirem corporeidade e copresença e anunciam o período, denominado por Milton Santos (1996), período popular da história, um andamento demográfico, que vai requerer, do fazer científico, mais compreensão da complexidade, das geografias das existências, dos interstícios do cotidiano praticado, o que pressupõe uma outra leitura do tempo (lento, da vida coletiva) na dialética com outra leitura do espaço (movimento, entre o global e lugar), a identificação, na produção social do espaço, das experiências sociais múltiplas e das experiências particulares, que tecem a vida urbana coletiva e a vida rural no país (Silva, 2017, p. 254).

Isto implica construir processos metodológicos, que coloquem em evidência as horizontalidades (lugar e cotidiano) e as verticalidades (ordens distantes), sempre situadas em escalas nacionais e global (Silva, 2017, p. 268): “Então, aparece o desafio, para a Geografia, de trabalhar entre as escalas, mas partindo de uma delas, para produzir o contexto da coerência na compreensão da problemática” (Suertegaray, 2001; 2002; Silva, 2017).

A tese de De Paula (2018) é reveladora de inúmeras questões, aqui, apresentadas, sobre a leitura do ambiente. Há um entrelaçamento de natureza x sociedade, que é mediado pelo trabalho humano, expresso no que se denominou território da natureza, ou seja, aquele, em que grupos humanos (tradicionais) se encontram amalgamados à natureza (natureza da natureza), construindo com ela a produção de suas existências, cujo valor é de uso, e o metabolismo entre os seres, incluindo o ser humano e o seu meio. O território da natureza compreende natureza como um conceito universal (no qual o ser humano se inclui) e expressa uma funcionalidade orgânica. A expressão dessa conjunção é metaforicamente identificada como “mal limpo”, considerando a

lógica do capital.

A natureza do território compreende a ruptura do metabolismo entre ser humano e o meio. Essa ruptura é produto da transformação progressiva da natureza em segunda natureza, e sua valoração, enquanto valor de troca. Nessa condição histórica, tem-se a separação do ser humano da natureza, sendo, a natureza, concebida como externa ao sujeito. Tal constitui objeto de apropriação, de dominação e de exploração, sobretudo, associado à expansão da ciência, posto que os objetos produzidos, a partir dela, e ela própria se tornam mercadorias. Trata-se da natureza do território, pois sua apropriação revela intencionalidade política e poder assimétrico entre os seres humanos (constituindo a sociedade) e entre sociedade e natureza.

Rompe-se o meio e se constroem ambientes. Ambientes limpos e democráticos, ambientes sujos e de dominação em conflito.

11 Concluindo, SEM CONCLUIR

Trago, para finalizar, trechos retirados dos dois últimos artigos escritos. Estes resumem o que, em síntese, desejava-se expor nesse pequeno texto/livro, e direcionam a discussão para novos aprofundamentos. Os artigos levam os seguintes títulos: Natureza-naturezas (no prelo) e Geografia e análise ambiental: 2020, um ano de pandemia (Suertegaray 2021).

11.1 NATUREZA – NATUREZAS

A discussão atual, considerando o sentido de outras cosmovisões, que, inclusive, não apresentam separação entre materialidade e imaterialidade, permite conceber a natureza como objetiva e, ao mesmo tempo, como representação.

Enquanto conceito/representação, esse conceito é diverso e expressa diferentes cosmovisões, que se manifestam, inclusive, sob processos de mundialização do capital, em conflito.

Enquanto realidade/materialidade, a natureza se transforma pela sua própria evolução e é compreendida, por Maturana e Varela (1996), como *auto-eco-reorganizacional*, isto é, trata-se de pensar a natureza da natureza ou, como se referiam Marx e Engels, a História da Natureza, na sua dimensão primordial. No processo de socialização, a natureza é transformada pelas práticas humanas, enquanto, no processo histórico, a natureza, não sendo

mais natureza primordial, precisa ser distinguida, e, em suas representações atuais, ressignificada.

A natureza e a nossa própria natureza se transfiguram, ou seja, transformam-se em outras. Esta transfiguração ocorre, muitas vezes, como subordinação da natureza aos processos sociais de apropriação e de exploração no contexto político, que norteia as práticas sociais em nossa sociedade. Portanto, no significado de transfiguração subjaz uma relação de poder.

Esta subordinação diz respeito à busca, por exemplo, pelo desenvolvimento tecnológico, pela reprodução e/ou pela transformação dos ciclos longos da natureza em ciclos curtos, em tempos curtos, ou seja, num tempo mais próximo ao do interesse da reprodução do capital.

O que está em jogo, hoje, com as transformações técnico-científicas, diz respeito, fundamentalmente, a uma reflexão sobre natureza. Esta, concebida, conceitualmente, como externalidade na construção do mundo moderno, permitiu a dominação da natureza pelo ser humano (enquanto materialidade) e, contraditoriamente, determinou a submissão do ser humano aos problemas de deterioração da vida. A partir daí, compreende-se o valor estratégico do pensamento ecológico ou, de forma ampliada, conforme nosso ponto de vista, do pensamento ambiental, pois, sendo a natureza transfigurada, o embate passa a ser entre práticas sociais.

11.2 AMBIENTE

Ressignificar o conceito de ambiente, na Geografia, consiste em entender que a questão ambiental, embora possa ser trabalhada na sua especificidade, é uma das dimensões da produção do espaço (geográfico), implicada, de maneira ampla, na valorização, na mercantilização da natureza, no processo de produção capitalista do espaço geográfico.

Na produção do espaço (geográfico), estão implicados o valor de uso e o valor de troca. O valor de troca é a dimensão fundante do processo de produção e de circulação de mercadoria no Capitalismo.

O processo histórico de difusão do capital promoveu uma expansão da apropriação da natureza, associada, no início, à ampliação do ecúmeno, na e para a exploração dos recursos naturais. Na atualidade, a mercantilização torna cada vez mais ampliada a apropriação da natureza e da natureza humana, interfere, de maneira drástica, na auto-eco-reorganização da natureza e, ao mesmo tempo, expropria populações originárias e tradicionais dos espaços de existência.

A natureza natural, que, originariamente, se autoproduzia, na atualidade do processo de socialização (transformação de primeira natureza em segunda natureza), transfigura-se, esgota-se, finda-se, em escala global. Este processo produz ambiente (natureza transfigurada).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A. M.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009. 156 p.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. *In*: ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada. Economía política e minería en América Latina**. [s.l.]: CICCUS/CLACSO, 2009. (Colección grupos de Trabajo)

BARBOSA, F. B. **Conflitos pelo acesso e uso da água**: integração do Rio São Francisco. Paraíba (eixo leste). 2013, 256f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Porto Alegre, 2013.

BERTÊ, A. M. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. Geoprocessamento e ambiente. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 20, p. 104-110, dez. 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38186/24569>. Acesso em: 18 set. 2019.

CAPRA, F. Fronteiras do pensamento - Fritjof Capra. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/videos/fronteiras-do-pensamento-2020>. Acesso em: 18 out.

DE PAULA, C. Q. **Geografia(s) da Pesca Artesanal Brasileira**. 2018. 451f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DE PAULA, C. Q. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal**: fórum Delta do Jacuí. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DE PAULA, C. Q. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 79-106, set./dez. 2018.

DE PAULA, C. Q.; SUERTEGARAY, D. M. A. Modernização e Pesca Artesanal Brasileira: a expressão do “mal limpo”. **Terra Livre**. v. 1, n. 50, p. 97-130, 2018.

DE SOUZA, M. L. O que é a Geografia Ambiental? **Ambientes** - revista de Geografia e Ecologia Política, v. 1, n. 1, p. 14-37, 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684/14249>. Acesso em: 15 out. 2020. ISSN: 2674-6816.

DROUIN, J-M. **Reinventar a natureza**: a ecologia e sua história. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

ESCOBAR, A. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. *In*: ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada. Economía política e minería en América Latina**. [s.l.]: CICCUS/CLACSO, 2009. (Colección grupos de Trabajo)

FELS, E. Geomorfologia Antropogenética. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, ano XVI, n. 141, maio/jun. 1958. 351 p.

FOSTER, J. B. **A ecologia em Marx**: materialismo e natureza. 2.

ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 418 p.

GRIGORIJEV, A. A. *The Theoretical Fundaments of Modern Physical Geography. The interaction of sciences in the study of the Earth.* 1. ed. Moscou: Progress Publishers, 1968.

KHILMI, G. F. *Philosophical aspects of the problem of Transformation of Nature. The interaction of sciences in the study of the Earth.* 1. ed. Moscou: Progress Publishers, 1968.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. 149 p.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal, lógica dialética.** 16. ed. [s.l.]: Siglo XXI de España, 1990.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

MAFFESOLI, M. A. **Contemplação do Mundo.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995. 168 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998. 118 p.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. G. **El árbol del conocimiento. Las bases biológicas del entendimiento humano.** 13. ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1996.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 139-158, 2001.

MENDONÇA, F. **Geografia e Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 1998.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. *In*: MENDONÇA,

F.; KOZEL, S. (org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 121-144.

MORAIS, A. C. R.; DA COSTA, W. M. **Geografia Crítica. A valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec. 196 p.

MORELLI, L. A. A. **Monocultura do eucalipto e as implicações territoriais: uma constituição oligopolista na Metade Sul do Rio Grande do Sul**. 2011. 222f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MORELLI, L. A. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. Meio ambiente, território e identidade cultural-estudo de caso da Aracruz celulose do RS. **Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM)**, v. 13, p. 430-435, 2009.

MOSCOVICI, S. **Essai sur l'Histoire Humaine de la Nature**. Paris: Flammarion, 1968.

MOSCOVICI, S. **Natureza**. Para Pensar a Ecologia. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

NOVIK, I. B. Cybernetics and Problems of cognition of de interrelation ships of natural fenomeno ando f the transformationof nature. **The interacion of scienes in the study of the Earth**. 1. ed. Moscou: Progress Publishers, 1968.

ORELLANA, M. M. P. A Geomorfologia no Planejamento do meio ambinete (Geomorfologia Ambinetal). **Notícia Geomorfológica**, Campinas, v. 16, n. 31, p. 3-15, jun. 1976.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **La Globalización de la naturaleza y la naturaleza de la globalización**. 1. ed. La Habana: Casa de las Americas, 2008. v. 1. 395 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Lucha por la tierra, lucha por la Tierra - ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza. **Revista de Pensamiento Cristiano - Iglesia Viva**, v. 267, p. 31-48, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. v. 1. 179 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Rocco/Socii, 1984. 160 p.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

RAFFESTIN, C. Ecogenèse territoriale et territorialité. *In*: AURIAC, F.; BRUNET, R. **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard & Fondation Diderot, 1986. p. 175-185.

RAFFESTIN, C.; BARAMPAMA, A. Espace et pouvoir. *In*: BAILLY, A. **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1998. p. 63-71.

RAFFESTIN, C.; BRESSO, M. Tradition, modernité, territorialité. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 2668, p. 185-198, 1982.

ROSSATO, M. S.; SUERTEGARAY, D. M. A. Repensando o Tempo da Natureza em Transformação. **Ágora (UNISC)**, Santa Cruz, v. 6, n. 2, p. 93-98, 2000.

RUSSELL, R. J. Environmental changes through forces independent of man. *In*: THOMAS, W. L. (ed.). **Man's Role in changing the face of Earth**. Chicago: Chicago Press, 1956.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas

globais a uma ecologia de saberes. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *In: Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madri: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense, n. 15, p. 695-705, 1995.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. De uma geografia metafórica da pós-modernidade a uma geografia da globalização. **Cultura Vozes**, São Paulo, v. 91, n. 4, p. 14-30, 1997.

SCHAFFER, N. O.; SUERTEGARAY, D. M. A. Análise ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade, Porto Alegre: a metrópole e seu delta. **Terra Livre**, v. 3, p. 89-120, 1988.

SERRES M. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SERRES, M. **O Mal Limpo**. Poluir para se apropriar? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 112 p.

SILVA, C. A. Modernização, conflitos territoriais e sujeitos sociais de culturas tradicionais: contribuições da geografia na leitura da produção da totalidade do espaço brasileiro no século XXI. *In: SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, C. A.; PIRES, C. L. Z.; DE PAULA, C. Q. Geografia e conjuntura brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 249-274.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 242 p.

SOUTO, R. P. **Deserto uma Ameaça**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 1986.

SUERTEGARAY, D. M. A. **(Re) Ligar a Geografia**: natureza e sociedade. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017b, 179 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. A Trajetória da Natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí-RS. 1987. 243f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SUERTEGARAY, D. M. A. Debate contemporâneo: geografias ou geografia? Fragmentação ou totalização. **Geographia**, v. 19, n. 41, p. 95-102, 2017a.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 93, jul. 2001.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e Ambiente: desafios e novos olhares. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, n. 1, p. 3-14, 2014.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, ambiente e território. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 17, n. 3, p. 128-144, dez. 2015. ISSN 2316-8056. Disponível em: <http://uvanet.br/rcgs>. Acesso em: 4 ago. 2019.

SUERTEGARAY, D. M. A. Naturezas: Epistemes inscritas nos conflitos sociais. **Terra Livre**, v. 41, p. 17-30, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. Perspectivas de uma Geografia pós-dicotômica: teorias, práticas e praxis. **Conferência de Abertura do I SINGAT**, Presidente Prudente, 2018.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo e geografia. **GEOgraphia**, Niterói, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. Tempos Longos... Tempos Curtos... Na análise da Natureza. **Geografares**, Vitória, p. 159-163, 2002.

SUERTEGARAY, D. M. A.; DE PAULA, C. Q. Geografia e questão ambiental, da teoria à práxis. **AMBIENTES**, v. 1, n. 1, p. 79-102, 2019. ISSN: 2674-6816. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22686>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SUERTEGARAY, D. M. A.; Geografia e Análise Ambiental: um ano de pandemia. Humboldt - Revista de Geografia Física e Meio Ambiente. Rio de Janeiro. UERJ. v.1, n 2, p.1-16, 2021.<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/humboldt/article/view/57373/0>

SUERTEGARAY, D. M. A.; MORETTI, E. C. Considerações sobre o eixo temático Natureza no contexto dos Encontros Nacionais de Geógrafos (Brasil) 2008-2012. **Terra Livre**, v. 42, p. 83-100, 2014.

SVAMPA, M. Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. *In*: ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada. Economía política e minería en América Latina**. [s.l.]: CICCUS/CLACSO, 2009. (Colección grupos de Trabajo)

TAPIA, L. M. **Política Salvaje**. La Paz: CLACSO, 2008. 122 p.

VIANNA, P. A água vai acabar? *In*: ALBUQUERQUE, E. S. (org.). **Que país é esse?** São Paulo: Globo, 2005. p. 341-360.

REFERÊNCIAS DO PREFÁCIO

BIONDO, Evelin C. **Da palavra ao conceito**: por uma leitura geográfica sobre o ambiente. 2021. 245 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. [mimeo].

CATTANEO, Dilermando. **Identidade territorial em Unidade de Conservação**: ponto de apoio para a análise epistemológica da

questão ambiental. 2004. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5796>. Acesso em: 01 mai. 2021.

CATTANEO, Dilermando. **Estratégias alternativas de re-apropriação da natureza:** autonomia e autogestão territorial em áreas protegidas. 2012. 126 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56339>. Acesso em: 04 mai. 2021.

CATTANEO, Dilermando. Dirce Suertegaray una e múltipla – Posfácio. In: DE PAULA, Cristiano Q. & PIRES, Cláudia L. Z. **Dirce Suertegaray – a geógrafa na fronteira do pensamento.** Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2020. Págs. 319-334.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social** - questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010. 416 p.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Scripta Nova**, n. 93. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 05 mai. 2021.

O livro traz uma contribuição interessantíssima sobre os sentidos de uma natureza social, construída historicamente, uma natureza transfigurada pela ação humana. É precisamente aí que Dirce traz a concepção de ambiente, como um conceito necessário para compreender esses processos de transfiguração da natureza, por sua vez produzida historicamente a partir das contradições sociais, ao contrário do conceito de meio, que, se observado pela ótica do ambiente, remete a uma compreensão a-histórica, funcional e 'harmônica', ofuscando as contradições do processo. Para chegar a essas considerações, a professora não abdica de um diálogo profundo com um conjunto de autores e autoras que tratam de categorias e conceitos como espaço, tempo, sociedade, técnica, cultura e outros. Ao contrário, ela não apenas busca esses/as autores/as como os problematiza, trazendo à baila exemplos e experiências de compreensão do ambiente e da natureza na relação com grupos sociais, movimentos, coletivos, comunidades e com políticas públicas ou mesmo com interesses privados.

Dilermando Cattaneo